

Aula Extra

*TJ-PR (Técnico Judiciário) Passo
Estratégico de Noções de Direito
Administrativo - 2025 (Pós-Edital)*

Autor:
Tulio Lages

25 de Julho de 2025

Índice

| | |
|--|-----|
| 1) Questionário de Revisão - Extra - Agentes Públicos | 3 |
| 2) Questionário de Revisão - Extra - Atos Administrativos | 22 |
| 3) Questionário de Revisão - Extra - Domínio Público | 34 |
| 4) Questionário de Revisão - Extra - Lei 14.133/2021 - Parte 1 | 38 |
| 5) Questionário de Revisão - Extra - Lei 14.133/2021 - Parte 2 | 53 |
| 6) Questionário de Revisão - Extra - Lei 14.133/2021 - Parte 3 | 57 |
| 7) Questionário de Revisão - Extra - Improbidade Administrativa | 68 |
| 8) Questionário de Revisão - Extra - Organização Administrativa | 83 |
| 9) Questionário de Revisão - Extra - Poderes Administrativos | 100 |
| 10) Questionário de Revisão - Extra - Princípios Administrativos | 108 |
| 11) Questionário de Revisão - Extra - Responsabilidade Civil do Estado | 112 |



AGENTES PÚBLICOS

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

Perguntas

1. Complete as lacunas a seguir, a respeito da classificação dos agentes públicos:

1.1. agentes ____ (a) ____: abrangem as autoridades que não se submetem a ____ (b) ____, elaborando políticas públicas e com funções de ____ (c) ____ da administração pública. Exemplo: chefes do poder executivo.

1.2. agentes ____ (d) ____: exercem atividades administrativas, ocupando cargos públicos, empregos e funções públicas na Administração direta e indireta. Dividem-se em servidores públicos, empregados públicos e agentes temporários.

1.2.1. servidor público: ocupante de cargo público, com vínculo regido por ____ (e) ____ (regime estatutário).

1.2.2. empregado público: ocupante de emprego público, com vínculo contratual regido pela ____ (f) ____ (regime celetista).

1.2.3. agente temporário: exerce função pública, contratado por tempo determinado para atender a uma necessidade temporária de ____ (g) ____ interesse público, em regime jurídico especial.

1.3. agentes ____ (h) ____: realizam transitoriamente e geralmente sem remuneração serviços de relevância para o Estado. São considerados funcionários públicos para fins ____ (i) ____, porém sem vínculo profissional com a administração pública. Exemplo: jurados, mesários.

1.4. agentes ____ (j) ____: representam a Administração em certos atos ou praticam certas atividades específicas. "São os que recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do Poder Público ____ (k) ____ " (Hely Lopes Meireles). Também são considerados funcionários públicos para fins penais. Exemplo: artista consagrado com a atribuição de representar o Brasil em um evento internacional.

1.5. agentes ____ (l) ____: são particulares que exercem função em nome próprio, por sua conta e risco, recebendo remuneração de terceiros usuários de serviço público e sob a ____ (m) ____ do Poder Público. Exemplo: concessionários de serviços públicos.



2. Complete as lacunas a seguir, a respeito do conceito de agente de fato:

2.1. Agentes de Fato são ____ (a) ____ que, mesmo sem estarem investidos em função pública, desempenham função em nome do Estado por conta de situações ____ (b) _____. São divididos doutrinariamente em dois tipos: agentes de fato necessários e putativos:

2.1.1. Agentes de fato necessários realizam atos em colaboração com o Poder Público, em situações excepcionais e de estado de ____ (c) ____ pública como, por exemplo, agentes que atuam em situações de emergência, em colaboração com o Poder Público.

2.1.2. Agentes de fato putativos são aqueles que, mesmo investidos ____ (d) ____ em uma atividade pública, a desempenham presumindo-se que há ____ (e) ____ como, por exemplo, uma pessoa que toma posse em um cargo público e passa a exercer normalmente suas atribuições, mesmo tendo havido irregularidade em sua investidura.

3. O que são funções públicas?

4. O que são cargos em comissão?

5. A vedação ao nepotismo, nos termos da súmula vinculante 13 do STF, alcança a nomeação para cargos políticos?

6. Qual o instrumento por meio do qual são criados (e extintos) os cargos, empregos e funções públicas?

7. Segundo a jurisprudência do STF, o que legitima a fixação de limite de idade para a inscrição em concurso público?

8. Complete as lacunas a seguir, a respeito das exceções à regra de exigência de concurso público:

8.1. cargos em comissão declarados em lei de ____ (a) ____ nomeação e exoneração (art. 37, II, da CF/88).

8.2. a investidura em mandato ____ (b) _____.

8.3. a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de ____ (c) ____ interesse público (art. 37, IX, da CF/88).

8.4. a admissão de agentes ____ (d) ____ de saúde e agentes de combate às ____ (e) _____, que podem ser admitidos por meio de processo seletivo público (art. 198, § 4º, da CF/88).



8.5. o caso do ____ (t) ____ que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, que possui o direito de ser aproveitado no serviço público, sem concurso público, com estabilidade (art. 53, inciso I do ADCT).

9. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos cargos reservados a brasileiro nato (art. 12, § 3º, da CF/88):

9.1. Presidente e ____ (a) ____ da República;

9.2. ____ (b) ____ da Câmara dos Deputados;

9.3. Presidente do ____ (c) ____ Federal;

9.4. ____ (d) ____ do Supremo Tribunal Federal;

9.5. carreira ____ (e) ____;

9.6. ____ (f) ____ das Forças Armadas.

9.7. Ministro de Estado da ____ (g) ____

10. Segundo o entendimento do STF, diante da ausência de lei específica que verse sobre greve no funcionalismo público, qual legislação deve ser aplicada para viabilizar o exercício desse direito?

11. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais que foram estendidos aos servidores ocupantes de cargo público (art. 39, § 3º, da CF/88):

11.1. percepção do ____ (a) ____ nunca inferior ao mínimo fixado em lei (art. 7º, incisos IV e VII, da CF/88);

11.2. ____ (b) ____ terceiro salário (art. 7º, inciso VIII, da CF/88);

11.3. remuneração do trabalho noturno ____ (c) ____ ao diurno (art. 7º, inciso IX, da CF/88);

11.4. salário ____ (d) ____ pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda (art. 7º, inciso XII, da CF/88);

11.5. duração do trabalho normal não superior a ____ (e) ____ horas diárias e quarenta horas semanais (art. 7º, inciso XIII, da CF/88);

11.6. repouso ____ (f) ____ remunerado (art. 7º, inciso XV, da CF/88);



11.7. remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em ____ (g) ____ por cento à do normal (art. 7º, inciso XVI, da CF/88)

11.8. gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um ____ (h) ____ a mais do que o salário normal (art. 7º, inciso XVII, da CF/88);

11.9. licença à ____ (i) ____ (art. 7º, inciso XVIII, da CF/88);

11.10. licença ____ (j) ____ (art. 7º, inciso XIX, da CF/88);

11.11 proteção do mercado de trabalho da ____ (k) ____ mulher (art. 7º, inciso XX, da CF/88);

11.12. redução dos ____ (l) ____ ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, inciso XXII, da CF/88);

11.13. proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou ____ (m) ____ (art. 7º, inciso XXX, da CF/88).

12. Complete as lacunas a seguir, a respeito de conceitos ligados à remuneração dos agentes públicos:

12.1. ____ (a) ____ compostos por uma parcela fixa ("vencimento básico" ou apenas "vencimento") e por uma parte variável ("vantagens pecuniárias"), é a denominação da remuneração dos servidores públicos estatutários que não recebem pela sistemática de subsídio.

12.2. ____ (b) ____ espécie remuneratória formada por uma parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória (art. 39, § 4º, da CF/88).

12.3. ____ (c) ____ denominação da remuneração recebida pelos empregados públicos, por serem regidos pelo regime trabalhista (CLT).

13. Complete as lacunas a seguir, a respeito de quais agentes públicos/órgãos/entidades são alcançados pelas regras de limite remuneratório (art. 37, XI, da CF/88):

13.1. Ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração ____ (a) ____, autárquica e fundacional;

13.2. Membros de qualquer dos ____ (b) ____ da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

13.3. Detentores de ____ (c) ____ eletivo;

13.4. Demais agentes ____ (d) ____;



13.5. Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas ____ (e) ____ que receberem recurso da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para pagamento de pessoal ou custeio em geral.

14. Complete as lacunas a seguir, a respeito das hipóteses em que a Constituição da República admite a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários (art. 37, XVI, da CF/88):

14.1. a de dois cargos de ____ (a) ____.

14.2. a de um cargo de professor com outro técnico ou ____ (b) ____.

14.3. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de ____ (c) ____, com profissões regulamentadas.

15. Nas hipóteses em que a acumulação é permitida, de que forma o teto remuneratório constitucional (art. 37, XI, da CF/88) deve ser aplicado, segundo entendimento do STF?

16. Complete as lacunas a seguir, a respeito da readaptação do servidor titular de cargo efetivo (art. 37, § 13, da CF/88):

O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a ____ (a) ____ que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto ____ (b) ____ nesta condição, desde que possua a ____ (c) ____ e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de ____ (d) ____, ____ (e) ____ a remuneração do cargo de origem.

17. O Regime Jurídico Único previsto no texto original da CF/88 atualmente encontra-se em vigor ou extinto?

18. Quais entes federativos devem manter escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos?

19. Complete as lacunas a seguir, a respeito das regras específicas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

19.1. as regras para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão disciplinadas em ____ (a) ____ do respectivo ente federativo (art. 40, § 3º, da CF/88);

19.2. os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao salário mínimo ou superiores ao limite máximo do ____ (b) ____ (art. 40, § 2º, da CF/88);

19.3. todos os valores de remuneração considerados para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão devidamente ____ (c) ____, na forma da lei (art. 40, § 17, da CF/88);



19.4. é vedada a percepção de mais de ____ (d) ____ aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social (ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição), aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no RGPS (art. 40, § 6º, da CF/88)

20. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos requisitos e critérios diferenciados e aposentadorias especiais:

20.1. Poderão ser estabelecidos idade e tempo de contribuição diferenciados, por meio de lei ____ (a) ____ do respectivo ente federativo, para aposentadoria dos seguintes servidores:

20.1.1. servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação ____ (b) ____ realizada por equipe multiprofissional e ____ (c) ____ (art. 40, § 4º-A, da CF/88);

20.1.2. agente penitenciário, agente ____ (d) ____ e policial da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das Polícias Civis (art. 40, § 4º-B, da CF/88);

20.1.3. servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e ____ (e) ____ prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por ____ (f) ____ profissional ou ocupação (art. 40, § 4º-C, da CF/88)

20.2. ocupantes do cargo de professor: terão idade mínima reduzida em ____ (g) ____ anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º do art. 40, da CF/88 (hipótese de aposentadoria por idade e tempo de contribuição), desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação ____ (h) ____ e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo (art. 40, § 5º, da CF/88).

21. Qual o regime de previdência aplicado aos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aos ocupantes de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público?

22. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos requisitos para aquisição da estabilidade do servidor público (art. 41, *caput* e § 4º, da CF/88):

22.1. ____ (a) ____ anos de efetivo exercício no cargo;

22.2. Aprovado em avaliação especial de ____ (b) ____;

22.3. Cargo de provimento ____ (c) ____;

22.4. Aprovação em ____ (d) ____ público.



23. Complete as lacunas a seguir, a respeito da perda do cargo por parte do servidor público estável:

23.1. em virtude de ____ (a) ____ judicial transitada em julgado (art. 41, § 1º, da CF/88);

23.2. mediante processo ____ (b) ____ em que lhe seja assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º, da CF/88);

23.3. mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ____ (c) ____, assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º, da CF/88);

23.4. caso as despesa com ____ (d) ____ do ente federado exceda os limites estabelecidos em lei complementar e a adoção das seguintes medidas não tenha sido suficiente para assegurar o cumprimento daqueles limites (art. 169, § 3º, da CF/88):

23.4.1. a redução em pelo menos ____ (e) ____ por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança (art. 169, § 3º, I, da CF/88)

23.4.2. a exoneração dos servidores ____ (f) ____ (art. 169, § 3º, II, da CF/88)

24. Sobre os militares das forças armadas, o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível por decisão proferida por qual órgão?

Perguntas com respostas

1. Complete as lacunas a seguir, a respeito da classificação dos agentes públicos:

1.1. agentes ____ (a) ____: abrangem as autoridades que não se submetem a ____ (b) ____, elaborando políticas públicas e com funções de ____ (c) ____ da administração pública. Exemplo: chefes do poder executivo.

1.2. agentes ____ (d) ____: exercem atividades administrativas, ocupando cargos públicos, empregos e funções públicas na Administração direta e indireta. Dividem-se em servidores públicos, empregados públicos e agentes temporários.

1.2.1. servidor público: ocupante de cargo público, com vínculo regido por ____ (e) ____ (regime estatutário).

1.2.2. empregado público: ocupante de emprego público, com vínculo contratual regido pela ____ (f) ____ (regime celetista).

1.2.3. agente temporário: exerce função pública, contratado por tempo determinado para atender a uma necessidade temporária de ____ (g) ____ interesse público, em regime jurídico especial.



1.3. agentes ____ (h) ____: realizam transitoriamente e geralmente sem remuneração serviços de relevância para o Estado. São considerados funcionários públicos para fins ____ (i) ____, porém sem vínculo profissional com a administração pública. Exemplo: jurados, mesários.

1.4. agentes ____ (j) ____: representam a Administração em certos atos ou praticam certas atividades específicas. "São os que recebem a incumbência da administração para representá-la em determinado ato ou praticar certa atividade específica, mediante remuneração do Poder Público ____ (k) ____" (Hely Lopes Meireles). Também são considerados funcionários públicos para fins penais. Exemplo: artista consagrado com a atribuição de representar o Brasil em um evento internacional.

1.5. agentes ____ (l) ____: são particulares que exercem função em nome próprio, por sua conta e risco, recebendo remuneração de terceiros usuários de serviço público e sob a ____ (m) ____ do Poder Público. Exemplo: concessionários de serviços públicos.

| | | | | |
|------------------|-----------------|------------------|---------------------|------------------|
| (a) políticos | (b) hierarquia | (c) direção | (d) administrativos | (e) estatuto |
| (f) CLT | (g) excepcional | (h) honoríficos | (i) penais | (j) credenciados |
| (k) credenciante | (l) delegados | (m) fiscalização | | |

2. Complete as lacunas a seguir, a respeito do conceito de agente de fato:

2.1. Agentes de Fato são ____ (a) ____ que, mesmo sem estarem investidos em função pública, desempenham função em nome do Estado por conta de situações ____ (b) _____. São divididos doutrinariamente em dois tipos: agentes de fato necessários e putativos:

2.1.1. Agentes de fato necessários realizam atos em colaboração com o Poder Público, em situações excepcionais e de estado de ____ (c) ____ pública como, por exemplo, agentes que atuam em situações de emergência, em colaboração com o Poder Público.

2.1.2. Agentes de fato putativos são aqueles que, mesmo investidos ____ (d) ____ em uma atividade pública, a desempenham presumindo-se que há ____ (e) ____ como, por exemplo, uma pessoa que toma posse em um cargo público e passa a exercer normalmente suas atribuições, mesmo tendo havido irregularidade em sua investidura.

| | | | | |
|------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|
| (a) particulares | (b) excepcionais | (c) necessidade | (d) ilegalmente | (e) legitimidade |
|------------------|------------------|-----------------|-----------------|------------------|

3. O que são funções públicas?

São as atribuições que não correspondem necessariamente a um cargo ou emprego público, podendo ter natureza permanente ou temporária.



Em regra, as funções de natureza permanente são as chamadas “funções de confiança”, que são destinadas ao desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, a serem exercidas exclusivamente a servidores ocupantes de cargos de cargo efetivo, nos termos do inciso V do art. 37 da CF/88:

Art. 37, V - as funções de confiança, exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e os cargos em comissão, a serem preenchidos por servidores de carreira nos casos, condições e percentuais mínimos previstos em lei, destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;

Por sua vez, as funções temporárias são aquelas exercidas por servidores contratados por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, consoante inciso IX do art. 37 da CF:

Art. 37, IX - a lei estabelecerá os casos de contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

4. O que são cargos em comissão?

São cargos públicos cujo ingresso/saída do agente se dá pela livre nomeação/exoneração por parte do superior (ato discricionário), não sendo necessário que haja prévia aprovação em concurso público para que ocorra o ingresso, ou que sejam observados o contraditório e a ampla defesa para a saída.

Assim como nas funções de confiança, os cargos em comissão são destinados ao desempenho de atribuições de direção, chefia e assessoramento, nos termos do inciso V do art. 37 da CF/88 (já transcrito na resposta da questão anterior).

Por outro lado, em contraposição às funções de confiança, que só podem ser exercidas por servidores ocupantes de cargo efetivo, os cargos em comissão podem ser exercidos por qualquer pessoa, embora o próprio inciso V do art. 37 da CF/88 estabeleça que tais cargos deverão ser exercidos por servidores de carreira em casos, condições e percentuais mínimos estabelecidos em lei.

Por fim, convém destacar que o exercício de cargo em comissão, unicamente, não confere estabilidade ou regime especial de previdência ao seu ocupante, ao contrário dos agentes que exercem cargos de provimento efetivo, nos termos da CF, arts. 40, caput e 41, caput:

Art. 40. O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.



Art. 41. São estáveis após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

5. A vedação ao nepotismo, nos termos da súmula vinculante 13 do STF, alcança a nomeação para cargos políticos?

Como regra, não, a não ser que reste demonstrado que a nomeação ocorreu exclusivamente em razão do parentesco, não possuindo, o nomeado, a devida qualificação para o exercício do cargo.

Para fins de memorização, vejamos o teor da súmula:

A nomeação de cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas, viola a Constituição Federal.

6. Qual o instrumento por meio do qual são criados (e extintos) os cargos, empregos e funções públicas?

Regra geral, por meio de lei, não valendo tal regra para os seguintes casos:

a) criação de funções temporárias;

b) cargos pertencentes aos serviços da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal – nesses casos, a criação/extinção de cargos é realizada por resolução do respectivo órgão (CF, arts. 51, inciso IV e 52, inciso XIII), conforme a seguir:

Art. 51. Compete privativamente à Câmara dos Deputados: (...)

IV – dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para fixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal: (...)

XIII - dispor sobre sua organização, funcionamento, polícia, criação, transformação ou extinção dos cargos, empregos e funções de seus serviços, e a iniciativa de lei para



tixação da respectiva remuneração, observados os parâmetros estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias;

c) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos – nesse caso, a extinção pode ocorrer mediante decreto, de competência do Presidente da República, delegável aos Ministros de Estado e ao Advogado-Geral da União (CF, art. 84, inciso VI, “b” e parágrafo único):

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República: (...)

VI – dispor, mediante decreto, sobre: (...)

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos; (...)

Parágrafo único. O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações.

Cumprir destacar que a iniciativa de lei para a criação/extinção de cargos é privativa:

a) do Presidente da República, no âmbito do Poder Executivo, conforme alínea “a” do inciso II, § 1º, art. 61 da CF/88:

Art. 61, § 1º São de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que: (...)

II - disponham sobre:

a) criação de cargos, funções ou empregos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração;

b) do Supremo Tribunal Federal, dos Tribunais Superiores e dos Tribunais de Justiça, conforme alínea “b” do inciso II do art. 96 da CF/88:

Art. 96. Compete privativamente: (...)

II - ao Supremo Tribunal Federal, aos Tribunais Superiores e aos Tribunais de Justiça propor ao Poder Legislativo respectivo, observado o disposto no art. 169: (...)

b) a criação e a extinção de cargos e a remuneração dos seus serviços auxiliares e dos juízos que lhes forem vinculados, bem como a fixação do subsídio de seus membros e dos juízes, inclusive dos tribunais inferiores, onde houver;

c) do Tribunal de Contas da União, consoante art. 73, caput, da CF/88:



Art. 73. O Tribunal de Contas da União, integrado por nove Ministros, tem sede no Distrito Federal, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território nacional, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 96.

d) do Ministério Público, consoante § 2º do art. 127 da CF/88:

Art. 127, § 2º Ao Ministério Público é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Legislativo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.

e) da Defensoria Pública, consoante § 4º do art. 133 da CF/88:

Art. 133, § 4º São princípios institucionais da Defensoria Pública a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, aplicando-se também, no que couber, o disposto no art. 93 e no inciso II do art. 96 desta Constituição Federal.

7. Segundo a jurisprudência do STF, o que legitima a fixação de limite de idade para a inscrição em concurso público?

Quando possa ser justificado **pela natureza das atribuições** do cargo a ser preenchido (STF – Súmula 683).

8. Complete as lacunas a seguir, a respeito das exceções à regra de exigência de concurso público:

8.1. cargos em comissão declarados em lei de ____ (a) ____ nomeação e exoneração (art. 37, II, da CF/88).

8.2. a investidura em mandato ____ (b) ____.

8.3. a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de ____ (c) ____ interesse público (art. 37, IX, da CF/88).

8.4. a admissão de agentes ____ (d) ____ de saúde e agentes de combate às ____ (e) ____, que podem ser admitidos por meio de processo seletivo público (art. 198, § 4º, da CF/88).



8.5. o caso do ____ (t) ____ que tenha efetivamente participado de operações bélicas durante a Segunda Guerra Mundial, que possui o direito de ser aproveitado no serviço público, sem concurso público, com estabilidade (art. 53, inciso I do ADCT).

| | | | | | |
|-----------|-------------|-----------------|------------------|--------------|-------------------|
| (a) livre | (b) eletivo | (c) excepcional | (d) comunitários | (e) endemias | (f) ex-combatente |
|-----------|-------------|-----------------|------------------|--------------|-------------------|

9. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos cargos reservados a brasileiro nato (art. 12, § 3º, da CF/88):

9.1. Presidente e ____ (a) ____ da República;

9.2. ____ (b) ____ da Câmara dos Deputados;

9.3. Presidente do ____ (c) ____ Federal;

9.4. ____ (d) ____ do Supremo Tribunal Federal;

9.5. carreira ____ (e) ____;

9.6. ____ (f) ____ das Forças Armadas.

9.7. Ministro de Estado da ____ (g) ____

| | | | |
|---------------------|----------------|------------|--------------|
| (a) Vice-Presidente | (b) Presidente | (c) Senado | (d) Ministro |
| (e) diplomática | (f) oficial | (g) Defesa | |

10. Segundo o entendimento do STF, diante da ausência de lei específica que verse sobre greve no funcionalismo público, qual legislação deve ser aplicada para viabilizar o exercício desse direito?

No que couber, a lei de greve vigente para o setor privado, até que a lei de greve do setor público seja editada (STF – MI 670/ES e MI 708/DF).

11. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos direitos constitucionais dos trabalhadores urbanos e rurais que foram estendidos aos servidores ocupantes de cargo público (art. 39, § 3º, da CF/88):



11.1. percepção do ____ (a) ____ nunca inferior ao mínimo fixado em lei (art. 7º, incisos IV e VII, da CF/88);

11.2. ____ (b) ____ terceiro salário (art. 7º, inciso VIII, da CF/88);

11.3. remuneração do trabalho noturno ____ (c) ____ ao diurno (art. 7º, inciso IX, da CF/88);

11.4. salário ____ (d) ____ pago em razão do dependente do trabalhador de baixa renda (art. 7º, inciso XII, da CF/88);

11.5. duração do trabalho normal não superior a ____ (e) ____ horas diárias e quarenta horas semanais (art. 7º, inciso XIII, da CF/88);

11.6. repouso ____ (f) ____ remunerado (art. 7º, inciso XV, da CF/88);

11.7. remuneração do serviço extraordinário superior, no mínimo, em ____ (g) ____ por cento à do normal (art. 7º, inciso XVI, da CF/88)

11.8. gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um ____ (h) ____ a mais do que o salário normal (art. 7º, inciso XVII, da CF/88);

11.9. licença à ____ (i) ____ (art. 7º, inciso XVIII, da CF/88);

11.10. licença ____ (j) ____ (art. 7º, inciso XIX, da CF/88);

11.11 proteção do mercado de trabalho da ____ (k) ____ mulher (art. 7º, inciso XX, da CF/88);

11.12. redução dos ____ (l) ____ ao trabalho, por meio de normas de saúde, higiene e segurança (art. 7º, inciso XXII, da CF/88);

11.13. proibição de diferença de salários, de exercício de funções e de critérios de admissão por motivo de sexo, idade, cor ou ____ (m) ____ (art. 7º, inciso XXX, da CF/88).

| | | | | | | |
|-------------|--------------|-----------------|-------------|---------------|------------------|---------------|
| (a) salário | (b) décimo | (c) superior | (d) família | (e) oito | (f) semanal | (g) cinquenta |
| (h) terço | (i) gestante | (j) paternidade | (k) riscos | (l) inerentes | (m) estado civil | |

12. Complete as lacunas a seguir, a respeito de conceitos ligados à remuneração dos agentes públicos:

12.1. ____ (a) ____ compostos por uma parcela fixa ("vencimento básico" ou apenas "vencimento") e por uma parte variável ("vantagens pecuniárias"), é a denominação da remuneração dos servidores públicos estatutários que não recebem pela sistemática de subsídio.



12.2. ____ (b) ____ espécie remuneratória formada por uma parcela única, vedado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória (art. 39, § 4º, da CF/88).

12.3. ____ (c) ____ denominação da remuneração recebida pelos empregados públicos, por serem regidos pelo regime trabalhista (CLT).

| | | |
|-----------------|--------------|-------------|
| (a) vencimentos | (b) subsídio | (c) salário |
|-----------------|--------------|-------------|

13. Complete as lacunas a seguir, a respeito de quais agentes públicos/órgãos/entidades são alcançados pelas regras de limite remuneratório (art. 37, XI, da CF/88):

13.1. Ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração ____ (a) ____, autárquica e fundacional;

13.2. Membros de qualquer dos ____ (b) ____ da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

13.3. Detentores de ____ (c) ____ eletivo;

13.4. Demais agentes ____ (d) ____;

13.5. Empresas públicas, sociedades de economia mista e suas ____ (e) ____ que receberem recurso da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, para pagamento de pessoal ou custeio em geral.

| | | | | |
|------------|-------------|-------------|---------------|------------------|
| (a) direta | (b) Poderes | (c) mandato | (d) políticos | (e) subsidiárias |
|------------|-------------|-------------|---------------|------------------|

14. Complete as lacunas a seguir, a respeito das hipóteses em que a Constituição da República admite a acumulação remunerada de cargos públicos, quando houver compatibilidade de horários (art. 37, XVI, da CF/88):

14.1. a de dois cargos de ____ (a) ____.

14.2. a de um cargo de professor com outro técnico ou ____ (b) ____.

14.3. a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de ____ (c) ____, com profissões regulamentadas.

| | | |
|---------------|----------------|-----------|
| (a) professor | (b) científico | (c) saúde |
|---------------|----------------|-----------|



15. Nas hipóteses em que a acumulação é permitida, de que forma o teto remuneratório constitucional (art. 37, XI, da CF/88) deve ser aplicado, segundo entendimento do STF?

De forma isolada para cada cargo público acumulado, ou seja, a soma das remunerações dos cargos pode ultrapassar o teto, mas a remuneração individual de cada cargo (STF – RE 612975/MT e RE 602043/MT).

16. Complete as lacunas a seguir, a respeito da readaptação do servidor titular de cargo efetivo (art. 37, § 13, da CF/88):

O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições e responsabilidades sejam compatíveis com a ____ (a) ____ que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental, enquanto ____ (b) ____ nesta condição, desde que possua a ____ (c) ____ e o nível de escolaridade exigidos para o cargo de ____ (d) ____, ____ (e) ____ a remuneração do cargo de origem.

| | | | | |
|---------------|----------------|-----------------|-------------|-------------|
| (a) limitação | (b) permanecer | (c) habilitação | (d) destino | (e) mantida |
|---------------|----------------|-----------------|-------------|-------------|

17. O Regime Jurídico Único previsto no texto original da CF/88 atualmente encontra-se em vigor ou extinto?

Atualmente encontra-se extinto o Regime Jurídico Único que era previsto no caput do art. 39 da CF/88 antes da EC 19/1999.

A EC 19/1998 alterou o art. 39, caput, da CF/88, no sentido de extinguir o Regime Jurídico Único. Porém, em 2007 o STF suspendeu cautelarmente a eficácia da nova redação, voltando a vigorar a redação original que previa o RJU. Entretanto, em 2024, o STF¹ revogou a referida medida cautelar, declarando a constitucionalidade do dispositivo, passando a valer a partir desde então (sem eficácia retroativa) a redação prevista na EC 19/1998.

Cabe mencionar que mesmo não existindo mais a necessidade de observância pelos entes públicos de um único regime jurídico (RJU) para admitir seus servidores (ou o regime estatutário ou o celetista), as regras de realização de concurso público para a admissão de servidores continuam válidas (art. 37, II, da CF/88), qualquer que seja o regime jurídico aplicável (portanto, os entes públicos deverão realizar concurso público para selecionar servidores, mesmo que optem por contratá-los com base na CLT).

¹ STF – ADI 2.135



18. Quais entes federativos devem manter escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos?

A União, os Estados e o Distrito Federal (art. 39, § 2º, da CF/88).

19. Complete as lacunas a seguir, a respeito das regras específicas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS):

19.1. as regras para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão disciplinadas em ____ (a) ____ do respectivo ente federativo (art. 40, § 3º, da CF/88);

19.2. os proventos de aposentadoria não poderão ser inferiores ao salário mínimo ou superiores ao limite máximo do ____ (b) ____ (art. 40, § 2º, da CF/88);

19.3. todos os valores de remuneração considerados para o cálculo dos proventos de aposentadoria serão devidamente ____ (c) ____, na forma da lei (art. 40, § 17, da CF/88);

19.4. é vedada a percepção de mais de ____ (d) ____ aposentadoria à conta de regime próprio de previdência social (ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da Constituição), aplicando-se outras vedações, regras e condições para a acumulação de benefícios previdenciários estabelecidas no RGPS (art. 40, § 6º, da CF/88)

| | | | |
|---------|----------|-----------------|---------|
| (a) lei | (b) RGPS | (c) atualizados | (d) uma |
|---------|----------|-----------------|---------|

20. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos requisitos e critérios diferenciados e aposentadorias especiais:

20.1. Poderão ser estabelecidos idade e tempo de contribuição diferenciados, por meio de lei ____ (a) ____ do respectivo ente federativo, para aposentadoria dos seguintes servidores:

20.1.1. servidores com deficiência, previamente submetidos a avaliação ____ (b) ____ realizada por equipe multiprofissional e ____ (c) ____ (art. 40, § 4º-A, da CF/88);

20.1.2. agente penitenciário, agente ____ (d) ____ e policial da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, da Polícia Federal, da Polícia Rodoviária Federal e das Polícias Cíveis (art. 40, § 4º-B, da CF/88);

20.1.3. servidores cujas atividades sejam exercidas com efetiva exposição a agentes químicos, físicos e ____ (e) ____ prejudiciais à saúde, ou associação desses agentes, vedada a caracterização por ____ (f) ____ profissional ou ocupação (art. 40, § 4º-C, da CF/88)



20.2. ocupantes do cargo de professor: terão idade mínima reduzida em ____ (g) ____ anos em relação às idades decorrentes da aplicação do disposto no inciso III do § 1º do art. 40, da CF/88 (hipótese de aposentadoria por idade e tempo de contribuição), desde que comprovem tempo de efetivo exercício das funções de magistério na educação ____ (h) ____ e no ensino fundamental e médio fixado em lei complementar do respectivo ente federativo (art. 40, § 5º, da CF/88).

| | | | |
|------------------|---------------------|----------------------|--------------------|
| (a) complementar | (b) biopsicossocial | (c) interdisciplinar | (d) socioeducativo |
| (e) biológicos | (f) categoria | (g) cinco | (h) infantil |

21. Qual o regime de previdência aplicado aos ocupantes exclusivamente de cargo em comissão, declarado em lei de livre nomeação e exoneração, aos ocupantes de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público?

O Regime Geral da Previdência Social (art. 40, § 13, da CF/88).

22. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos requisitos para aquisição da estabilidade do servidor público (art. 41, *caput* e § 4º, da CF/88):

22.1. ____ (a) ____ anos de efetivo exercício no cargo;

22.2. Aprovado em avaliação especial de ____ (b) ____;

22.3. Cargo de provimento ____ (c) ____;

22.4. Aprovação em ____ (d) ____ público.

| | | | |
|----------|----------------|-------------|--------------|
| (a) três | (b) desempenho | (c) efetivo | (d) concurso |
|----------|----------------|-------------|--------------|

23. Complete as lacunas a seguir, a respeito da perda do cargo por parte do servidor público estável:

23.1. em virtude de ____ (a) ____ judicial transitada em julgado (art. 41, § 1º, da CF/88);

23.2. mediante processo ____ (b) ____ em que lhe seja assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º, da CF/88);

23.3. mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, na forma de lei ____ (c) ____, assegurada ampla defesa (art. 41, § 1º, da CF/88);



23.4. caso as despesa com ____ (d) ____ do ente federado exceda os limites estabelecidos em lei complementar e a adoção das seguintes medidas não tenha sido suficiente para assegurar o cumprimento daqueles limites (art. 169, § 3º, da CF/88):

23.4.1. a redução em pelo menos ____ (e) ____ por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança (art. 169, § 3º, I, da CF/88)

23.4.2. a exoneração dos servidores ____ (f) ____ (art. 169, § 3º, II, da CF/88)

| | | | | | |
|--------------|--------------------|------------------|-------------|-----------|------------------|
| (a) sentença | (b) administrativo | (c) complementar | (d) pessoal | (e) vinte | (f) não estáveis |
|--------------|--------------------|------------------|-------------|-----------|------------------|

24. Sobre os militares das forças armadas, o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível por decisão proferida por qual órgão?

Por tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra (art. 142, VI, da CF/88).



ATOS ADMINISTRATIVOS

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

Perguntas

1. O que significa dizer que os atos administrativos possuem presunção de legitimidade?
2. O que se entende por presunção de veracidade?
3. Sabe-se que nem todos os atos administrativos gozam de autoexecutoriedade. Nesse contexto, por qual motivo não se pode dizer que a multa de trânsito é autoexecutória?
4. Quais os atributos da autoexecutoriedade?
5. O que é o atributo da tipicidade?
6. Quais as características da competência?
7. É possível a delegação da decisão de recursos administrativos?
8. João, secretário de meio ambiente do Município X, se sentindo estressado com a demanda de trabalho, delegou de forma irrevogável e por tempo indeterminado todas as competências de seu cargo ao seu subordinado imediato, Francisco, sem que houvesse publicação do ato em meio oficial. João deixou de observar alguma característica ou restrição do instituto da delegação? Se sim, quais?
9. O que é pressuposto de fato? E pressuposto de direito?
10. Motivo e motivação são sinônimos?
11. Atos que imponham deveres necessitam ser motivados?
12. Qual a diferença entre motivo e móvel?
13. O que preceitua a teoria dos motivos determinantes?
14. O que são os objetos vinculado e discricionário do ato administrativo?
15. O que é usurpação de função pública?
16. O vício de forma importa na anulação do ato?
17. Quando se fala em vícios de motivo, qual a diferença entre motivo inexistente e motivo ilegítimo?
18. No que tange aos seus elementos, qual a diferença entre os atos administrativos vinculados e os discricionários?
19. Quando se estuda atos discricionários, não é possível não se deparar com o termo "mérito", mas, afinal, o que é mérito administrativo?



20. É possível o controle de mérito do ato administrativo pelo Judiciário?
21. Considerando que o Poder Judiciário não pode adentrar no mérito do ato, é possível asseverar que a discricionariedade é absoluta?
22. Em eventual colisão entre um ato geral e um ato individual, qual deve prevalecer?
23. Os atos externos podem ser destinados à própria Administração?
24. Uma decisão administrativa proferida pelo plenário do Tribunal de Contas é um ato simples, composto ou complexo?
25. Uma portaria conjunta emitida pela Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional é um ato composto ou complexo?
26. Nos atos compostos, o ato acessório deve preceder ou anteceder o ato principal?
27. Quanto às prerrogativas com que atua a Administração, diferencie ato de império, ato de gestão e ato de expediente.
28. No que se refere à classificação dos atos administrativos quanto aos efeitos, como é classificada a nomeação de servidor público?
29. Uma vez ciente das diferenças entre ato geral e ato individual, qual a distinção em relação ao modo de serem revogados?
30. Quando se fala em classificação dos atos administrativos quanto aos efeitos, como se classifica a "cassação de autorização"?
31. Diferencie ato alienativo de ato abdicativo.
32. Dentro da classificação dos atos administrativos, quanto aos requisitos de validade, como se enquadra o ato juridicamente impossível?
33. No que toca à preservação de efeitos e a prazos prescricionais e decadenciais, quais as principais diferenças entre o ato nulo e o ato inexistente?
34. Considere os seguintes atos: a) apreensão de mercadorias; b) permissão de uso de bem público; c) imposição de multa administrativa; d) protocolo de documento. Quais deles são atos de: império? Gestão? Expediente?
35. Qual a diferença entre ato nulo e anulável?
36. O que se entende por ato pendente?
37. Quais vícios nos elementos do ato podem ser sanados?
38. Qual a diferença entre o ato perfeito e o ato válido?
39. Quais as espécies de atos administrativos?
40. Qual a diferença para os atos normativos e as leis?



41. É possível dizer que os contratos administrativos são, em essência, atos administrativos negociais?
42. Qual a diferença entre a licença, a autorização e a permissão?
43. A exoneração de servidor é uma forma de invalidar sua nomeação?
44. Quais as principais formas de extinção dos atos administrativos?
45. Quais as diferenças entre a anulação e a revogação?
46. Quais atos administrativos não admitem revogação?
47. O que é convalidação?
48. Qual a diferença entre conversão e convalidação?

Perguntas com respostas

1. O que significa dizer que os atos administrativos possuem presunção de legitimidade?

Significa dizer que se presume que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei, produzindo efeitos imediatamente, ainda que eivados de vícios ou defeitos aparentes, até sua eventual anulação pela Administração ou pelo Judiciário.

Essa presunção é relativa, admitindo prova em contrário. Todavia, quem deve demonstrar eventuais vícios do ato é o administrado, já que a presunção de legitimidade produz o efeito de inverter o ônus da prova em favor da Administração.

2. O que se entende por presunção de veracidade?

Consiste na presunção relativa de que devem ser considerados verdadeiros os fatos declarados pela administração para fundamentar a prática do ato administrativo. Perceba, não se confunde com a presunção de legitimidade, uma vez que esta se refere ao ato em si, enquanto a presunção de veracidade se refere aos fatos fundamentadores do ato.

3. Sabe-se que nem todos os atos administrativos gozam de autoexecutoriedade. Nesse contexto, por qual motivo não se pode dizer que a multa de trânsito é autoexecutória?

A multa de trânsito não goza de autoexecutoriedade, pois, caso o cidadão não a pague, a administração pública deverá buscar o Poder Judiciário para ver satisfeito o seu crédito, vez que não conseguirá fazê-lo no âmbito administrativo.

4. Quais os atributos da autoexecutoriedade?

Exigibilidade e executoriedade. A primeira seria caracterizada pela obrigação que o administrado tem de cumprir o comando imperativo do ato (uma coação indireta). Por sua vez, a segunda seria



a possibilidade de a própria Administração praticar o ato ou, utilizando de meios diretos de coerção, compelir, direta e materialmente, o administrado a praticá-lo (coação material, direta).

5. O que é o atributo da tipicidade?

Segundo Maria Sylvia Di Pietro, "é o atributo pelo qual o ato administrativo deve corresponder a figuras definidas previamente pela lei como aptas a produzir determinados resultados. Para cada finalidade que a Administração pretende alcançar existe um ato definido em lei"¹.

Esse atributo decorre diretamente do princípio da legalidade, impedindo que a Administração pratique atos inominados, sem previsão legal, bem como a prática de atos totalmente discricionários e, conseqüentemente, arbitrários, uma vez que a lei já define os limites em que a discricionariedade poderá ser exercida.

6. Quais as características da competência?

São elas a irrenunciabilidade, a inderrogabilidade, a intransferibilidade e a imprescritibilidade.

7. É possível a delegação da decisão de recursos administrativos?

Não! O art. 13 da Lei 9.784/1999 dispõe que não podem ser objeto de delegação:

- a) a edição de atos de caráter normativo;
- b) a decisão de recursos administrativos;
- c) as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

8. João, secretário de meio ambiente do Município X, se sentindo estressado com a demanda de trabalho, delegou de forma irrevogável e por tempo indeterminado todas as competências de seu cargo ao seu subordinado imediato, Francisco, sem que houvesse publicação do ato em meio oficial. João deixou de observar alguma característica ou restrição do instituto da delegação? Se sim, quais?

Inicialmente, se admite apenas a delegação de parcela da competência, de modo que João não poderia delegar todas as competências de seu cargo. Além disso, uma das características da delegação é a sua revogabilidade, bem como a necessidade de que se dê por tempo determinado (art. 14, § 1º, da Lei 9.784/1999). Por fim, deve haver publicação do ato no meio oficial – art. 14 da Lei 9.784/1999.

¹ Di Pietro, 2016, p. 244.



9. O que é pressuposto de fato? E pressuposto de direito?

Pressuposto de fato é o conjunto de circunstâncias, de acontecimentos, de situações ocorridas no mundo real que levam a Administração a praticar o ato. Por sua vez, pressuposto de direito é o dispositivo legal em que se baseia o ato.

10. Motivo e motivação são sinônimos?

Não. O motivo é um elemento que está presente em todos os atos administrativos, correspondendo às razões (pressupostos de fato de direito) que justificam sua prática. Já a motivação é a exposição, exteriorização dos motivos, ou seja, é a demonstração, por escrito, do que levou a Administração produzir determinado ato administrativo, sendo importante para que haja um controle mais eficiente da prática administrativa, tanto pela sociedade como pelos demais Poderes e pela própria Administração.

Embora o motivo sempre esteja presente em um ato administrativo, a motivação, a rigor, somente será obrigatória quando a lei assim o exigir, embora a doutrina e a boa prática administrativa defendam que sempre seja aplicável.

11. Atos que imponham deveres necessitam ser motivados?

Sim, conforme art. 50 da Lei 9.784/1999:

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

I - neguem, limitem ou afetem direitos ou interesses;

II - imponham ou agravem deveres, encargos ou sanções;

III - decidam processos administrativos de concurso ou seleção pública;

IV - dispensem ou declarem a inexigibilidade de processo licitatório;

V - decidam recursos administrativos;

VI - decorram de reexame de ofício;

VII - deixem de aplicar jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem anulação, revogação, suspensão ou convalidação de ato administrativo.



12. Qual a diferença entre motivo e móvel?

Motivo é a situação objetiva, real, externa ao agente que pratica o ato, enquanto o móvel é a intenção subjetiva desse agente.

No controle dos atos administrativos discricionários, o exame do móvel é relevante, porque a prática de tais atos admite uma apreciação subjetiva do agente público quanto à melhor forma de proceder para dar correto atendimento à finalidade legal, de modo que o ato será inválido, se o móvel do agente estiver viciado (ex: tiver como objetivo favorecer ou perseguir alguém).

Nos atos completamente vinculados, o exame do móvel é irrelevante, porque a lei já define o único comportamento possível perante o motivo por ela já caracterizado, inadmitindo qualquer subjetivismo por parte do agente.

13. O que preceitua a teoria dos motivos determinantes?

Que a validade do ato está adstrita aos motivos indicados como seu fundamento, de maneira que, se os motivos forem inexistentes ou falsos, o ato será nulo.

14. O que são os objetos vinculado e discricionário do ato administrativo?

Nos atos vinculados, o objeto deve ser exatamente aquele que a lei estabeleceu. Esse é o objeto vinculado.

Por outro lado, nos atos discricionários, o objeto pode ser escolhido pelo agente público, dentre os possíveis autorizados na lei, mediante a avaliação dos critérios de conveniência e oportunidade. Esse é o objeto variável.

15. O que é usurpação de função pública?

É o apoderamento da atribuição de agente público por parte de alguém que não sido investido no cargo, emprego ou função (ex: uma pessoa qualquer se vestir de policial e passar a fazer patrulhas nas ruas, sem ter sido investido no cargo), sendo considerados inexistentes os atos praticados pelo usurpador.

16. O vício de forma importa na anulação do ato?

Só quando a forma for essencial. Nos demais casos, o vício é sanável e o ato passível de convalidação.



17. Quando se fala em vícios de motivo, qual a diferença entre motivo inexistente e motivo ilegítimo?

Enquanto o motivo inexistente é entendido a ausência de pressuposto de fato (ex: a administração pratica determinado ato alegando como fundamento o fato "F", quando efetivamente esse fato "F" não ocorreu, não existiu), implicando sua nulidade, o motivo ilegítimo ocorre quando o motivo alegado é juridicamente inadequado, incongruente, impertinente (ex: a administração pratica determinado ato alegando como fundamento o fato "F", quando efetivamente esse fato "F" não é previsto na norma como apta a fundamentar a prática do ato).

18. No que tange aos seus elementos, qual a diferença entre os atos administrativos vinculados e os discricionários?

Nos atos administrativos vinculados, o agente público não possui margem para valorar ou escolher nenhum de seus elementos, já que todos são vinculados.

Já nos atos administrativos discricionários, são vinculados os elementos competência, finalidade e forma, mas os demais são discricionários, de modo que o agente que pratica o ato pode valorar seu motivo e escolher seu objeto, ou seja, o mérito do ato.

19. Quando se estuda atos discricionários, não é possível não se deparar com o termo "mérito", mas, afinal, o que é mérito administrativo?

É a prerrogativa conferida ao administrador para praticar atos discricionários fundados em um análise de oportunidade (se o momento para praticar o ato é adequado) e conveniência (se o ato é interessante ao interesse público).

20. É possível o controle de mérito do ato administrativo pelo Judiciário?

Não, somente a própria Administração pode realizar o controle do mérito do ato administrativo, que resulta na sua revogação (e não anulação, que é um controle de legalidade ou legitimidade).

21. Considerando que o Poder Judiciário não pode adentrar no mérito do ato, é possível asseverar que a discricionariedade é absoluta?

Não, a discricionariedade deve: a) ser exercida nos limites da lei; b) observar os princípios da Administração Pública, especialmente os da razoabilidade, da proporcionalidade e da moralidade; e c) atender à teoria dos motivos determinantes.

22. Em eventual colisão entre um ato geral e um ato individual, qual deve prevalecer?

O ato geral, uma vez que, na prática de atos individuais, a Administração é obrigada a observar os atos gerais pertinentes ao caso.

23. Os atos externos podem ser destinados à própria Administração?



Sim, os atos externos podem ser destinados tanto aos particulares quanto à própria Administração; o que os distingue dos atos internos é o fato de produzirem efeitos fora da repartição que os originou.

24. Uma decisão administrativa proferida pelo plenário do Tribunal de Contas é um ato simples, composto ou complexo?

Simples, porque é proveniente da manifestação de um único órgão.

25. Uma portaria conjunta emitida pela Receita Federal e Procuradoria da Fazenda Nacional é um ato composto ou complexo?

Complexo, porque decorre de duas manifestações de vontade autônomas, provenientes de órgãos diversos, resultando em um único ato.

26. Nos atos compostos, o ato acessório deve preceder ou anteceder o ato principal?

As duas situações são possíveis: o ato acessório pode ser prévio, com a função de autorizar a prática do ato principal, ou posterior, com a função de conferir eficácia ao ato principal.

27. Quanto às prerrogativas com que atua a Administração, diferencie ato de império, ato de gestão e ato de expediente.

No ato de império, a Administração utiliza suas prerrogativas para realizar uma imposição coercitiva ao administrado, de forma unilateral (poder extroverso, de império). Por outro lado, no ato de gestão, a administração efetua a gestão de seus bens e serviços, em situação de igualdade com os particulares. Por fim, no ato de expediente, a administração em sua rotina interna, pratica atos sem conteúdo decisório.

28. No que se refere à classificação dos atos administrativos quanto aos efeitos, como é classificada a nomeação de servidor público?

É classificada como ato constitutivo, uma vez que cria nova situação jurídica (direitos ou obrigações) para seus destinatários.

29. Uma vez ciente das diferenças entre ato geral e ato individual, qual a distinção em relação ao modo de serem revogados?

Enquanto os atos gerais são sempre revogáveis, mesmo se gerarem direitos adquiridos, os atos individuais não podem ser revogados se gerarem direitos adquiridos.

30. Quando se fala em classificação dos atos administrativos quanto aos efeitos, como se classifica a "cassação de autorização"?

A "cassação de autorização" é classificada como ato extintivo, uma vez que extingue situação jurídica individual.

31. Diferencie ato alienativo de ato abdicativo.



Enquanto no ato alienativo a administração transfere bens e direitos de uma pessoa para outra, no ato abdicativo a administração renuncia a algum direito, em caráter irreversível e imodificável.

32. Dentro da classificação dos atos administrativos, quanto aos requisitos de validade, como se enquadra o ato juridicamente impossível?

Ato juridicamente impossível é considerado inexistente. Vale lembrar que ato inexistente é aquele que possui apenas aparência de manifestação da vontade da administração. No ato inexistente, não se reconhece que houve a prática de um ato, a manifestação de vontade da administração, portanto.

33. No que toca à preservação de efeitos e a prazos prescricionais e decadenciais, quais as principais diferenças entre o ato nulo e o ato inexistente?

Ao contrário dos atos nulos, os atos inexistentes não devem ter qualquer efeito preservado, inclusive a terceiros de boa fé, bem como não estão sujeitos a prazos prescricionais ou decadenciais para desfazimento, podendo ter sua inexistência reconhecida a qualquer tempo.

34. Considere os seguintes atos: a) apreensão de mercadorias; b) permissão de uso de bem público; c) imposição de multa administrativa; d) protocolo de documento. Quais deles são atos de: império? Gestão? Expediente?

a) apreensão de mercadorias: ato de império.

b) permissão de uso de bem público: ato de gestão.

c) imposição de multa administrativa: ato de império.

d) protocolo de documento: ato de expediente.

35. Qual a diferença entre ato nulo e anulável?

O ato nulo possui vício insanável em um dos seus elementos constitutivos, sendo ilegal e ilegítimo e, por isso, não pode ser convalidado, devendo ser anulado.

Já o ato anulável é o que apresenta defeito sanável, sendo passível de convalidação pela própria Administração.

36. O que se entende por ato pendente?

É aquele ato que está sujeito à condição suspensiva, termo, autorização, homologação ou aprovação para produzir efeitos.

37. Quais vícios nos elementos do ato podem ser sanados?

São sanáveis os vícios de competência quanto à pessoa (e não quanto à matéria), exceto se se tratar de competência exclusiva, e o vício de forma, a menos que se trate de forma essencial exigida em lei.



38. Qual a diferença entre o ato perfeito e o ato válido?

O ato perfeito é o que contém todos os elementos constitutivos previstos na lei. Já o ato válido é aquele cujos elementos de formação não apresentam nenhum vício.

39. Quais as espécies de atos administrativos?

São espécies de atos administrativos: Normativos, Ordinatórios, Negociais, Enunciativos e Punitivos (mnemônico para facilitar a memorização das espécies de atos administrativos: "NONEP").

40. Qual a diferença para os atos normativos e as leis?

As leis são elaboradas a partir do processo legislativo e podem criar direitos e obrigações, ou seja, podem inovar o ordenamento jurídico, enquanto os atos normativos são praticados pela Administração e não podem inovar no ordenamento jurídico.

41. É possível dizer que os contratos administrativos são, em essência, atos administrativos negociais?

Não, porque não são atos bilaterais, mas sim atos unilaterais, embora haja presença de interesse recíproco entre as partes.

42. Qual a diferença entre a licença, a autorização e a permissão?

| Licença | Autorização | Permissão |
|--|---|--|
| Vinculado | Discrecionário | Discrecionário |
| Definitivo | Precário | Precário |
| Confere direitos ao particular que preencheu todos os requisitos legais. | Possibilita ao particular o exercício de alguma atividade material de predominante interesse dele e que, sem esse consentimento, seria legalmente proibida, ou a prestação de serviço público não exclusivo do Estado, ou, ainda, a utilização de um bem público. | Refere-se apenas ao uso de bem público; caso se refira à delegação de serviços públicos, a permissão deve ser formalizada mediante um "contrato de adesão", precedido de licitação (ou seja, não constitui um ato administrativo). |

43. A exoneração de servidor é uma forma de invalidar sua nomeação?

Não, a exoneração de servidor extingue os efeitos do ato de sua nomeação em razão de contraposição.



Por outro lado, a invalidação da nomeação ocorreria caso constatado que o ato de nomeação foi ilegal.

44. Quais as principais formas de extinção dos atos administrativos?

São elas a anulação, revogação, cassação, caducidade, contraposição, renúncia, extinção natural, extinção objetiva e extinção subjetiva.

45. Quais as diferenças entre a anulação e a revogação?

A anulação é o desfazimento do ato administrativo por questões de legalidade ou de legitimidade, produzindo efeitos retroativos à data da prática do ato (*ex tunc*). Não gera direitos adquiridos, embora a jurisprudência venha reconhecendo a necessidade de proteger os efeitos produzidos em relação aos terceiros de boa-fé. Opera tanto sobre atos vinculados como discricionários.

Já a revogação é a retirada de um ato administrativo válido do mundo jurídico por razões de oportunidade e conveniência, produzindo efeitos prospectivos (para frente ou *ex nunc*). Deve respeitar direitos adquiridos. Opera somente sobre atos discricionários.

É importante destacar que os tribunais superiores têm entendido que tanto a anulação quanto a revogação de atos que desfavoreça interesses do administrado deve ser precedida (tem que ser antes!) de procedimento administrativo em que lhe seja assegurado o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa, mesmo que seja nítida a ilegalidade.

| Forma de Extinção | Motivo | Quem pode decretar? | Atos atingidos | Efeitos |
|-------------------|---------------------------------|--|--|----------------|
| Anulação | Ilegalidade do ato | Poder Judiciário e Administração Pública | Atos inválidos (vinculados ou discricionários) | <i>ex tunc</i> |
| Revogação | Razões de mérito administrativo | Somente a Administração Pública | Atos válidos (somente discricionários) | <i>ex nunc</i> |

46. Quais atos administrativos não admitem revogação?

Atos vinculados, atos consumados que já exauriram seus efeitos, atos que geraram direito adquirido, atos que integram um procedimento, atos que estejam sobre reapreciação de autoridade superior e os "meros atos administrativos" (aqueles que não possuem manifestam vontade da administração – pareceres, certidões etc. São considerados apenas atos administrativos em sentido formal).

47. O que é convalidação?



É a faculdade de a Administração corrigir e regularizar os vícios sanáveis dos atos administrativos, produzindo efeitos *ex tunc*, a fim de preservar e tornar válidos os efeitos já produzidos pelo ato enquanto ainda eivado de vícios.

A convalidação pode operar tanto em atos vinculados como discricionários, não sendo um controle de mérito, mas de legalidade.

Na esfera federal, a Lei 9.784/99 prevê a possibilidade de convalidação nos seguintes termos:

Art. 55. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.

Assim, nos termos do dispositivo, a convalidação na esfera federal deve observar os seguintes requisitos:

- a) não pode prejudicar terceiros;
- b) deve visar a realização do interesse público;
- c) deve recair sobre vícios sanáveis.

48. Qual a diferença entre conversão e convalidação?

A diferença é que na convalidação o ato será anulável e resultará em outro da mesma espécie, enquanto na conversão o ato será nulo e será convertido em ato de outra espécie



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Qual o critério adotado pelo legislador para conceituar bens públicos?
2. Complete as lacunas a seguir, a respeito da titularidade dos bens públicos:
 - 2.1. São bens da __(a)__:
 - 2.1.1. os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;
 - 2.1.2. as terras devolutas indispensáveis à defesa das __(b)__, das fortificações e construções militares, das __(c)__ federais de comunicação e à preservação __(d)__, definidas em lei;
 - 2.1.3. os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um __(e)__, sirvam de limites com outros __(f)__, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;
 - 2.1.4. as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros __(g)__; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de __(h)__, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II, da CF/88;
 - 2.1.5. os recursos naturais da plataforma __(i)__ e da zona econômica __(j)__;
 - 2.1.6. o mar territorial;
 - 2.1.7. os terrenos de marinha e seus acrescidos;
 - 2.1.8. os potenciais de energia __(k)__;
 - 2.1.9. os recursos __(l)__, inclusive os do subsolo;
 - 2.1.10. as cavidades naturais subterrâneas e os sítios __(m)__ e pré-históricos;
 - 2.1.11. as terras tradicionalmente ocupadas pelos __(n)__.;
 - 2.1.12. É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de __(o)__ ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia __(p)__ e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação __(q)__ por essa exploração.
 - 2.1.13. A faixa de até cento e __(r)__ quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de __(s)__, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.
 - 2.2. Incluem-se entre os bens dos __(t)__:



2.2.1. as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de __(u)__ da União;

2.2.2. as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, __(v)__ ou terceiros;

2.2.3. as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à __(w)__;

2.2.4. as terras devolutas não compreendidas entre as da __(x)__.

3. Complete as lacunas a seguir, a respeito da classificação quanto à destinação dos bens públicos:

3.1. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito __(a)__ interno; todos os outros são __(b)__, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

3.2. São bens públicos:

3.2.1. os de uso __(c)__, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

3.2.2. os de uso __(d)__, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas __(e)__;

3.2.3. os __(f)__, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

3.2.4. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito __(g)__ a que se tenha dado estrutura de direito __(h)__.

3.3. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são __(i)__, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

3.4. Os bens públicos __(j)__ podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

3.5. Os bens públicos não estão sujeitos a __(k)__.

3.6. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou __(l)__, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

Perguntas com respostas

1. Qual o critério adotado pelo legislador para conceituar bens públicos?

O critério utilizado pelo Código Civil foi o da titularidade, sendo bens públicos, independentemente de sua destinação, aqueles pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno e, todos os demais, bens são privados. Vejamos o teor do art. 98 do Código Civil:



Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

2. Complete as lacunas a seguir, a respeito da titularidade dos bens públicos:

2.1. São bens da __(a)__:

2.1.1. os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos;

2.1.2. as terras devolutas indispensáveis à defesa das __(b)__, das fortificações e construções militares, das __(c)__ federais de comunicação e à preservação __(d)__, definidas em lei;

2.1.3. os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um __(e)__, sirvam de limites com outros __(f)__, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais;

2.1.4. as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros __(g)__; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de __(h)__, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II, da CF/88;

2.1.5. os recursos naturais da plataforma __(i)__ e da zona econômica __(j)__;

2.1.6. o mar territorial;

2.1.7. os terrenos de marinha e seus acrescidos;

2.1.8. os potenciais de energia __(k)__;

2.1.9. os recursos __(l)__, inclusive os do subsolo;

2.1.10. as cavidades naturais subterrâneas e os sítios __(m)__ e pré-históricos;

2.1.11. as terras tradicionalmente ocupadas pelos __(n)__.

2.1.12. É assegurada, nos termos da lei, à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a participação no resultado da exploração de __(o)__ ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia __(p)__ e de outros recursos minerais no respectivo território, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, ou compensação __(q)__ por essa exploração.

2.1.13. A faixa de até cento e __(r)__ quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de __(s)__, é considerada fundamental para defesa do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei.

2.2. Incluem-se entre os bens dos __(t)__:

2.2.1. as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de __(u)__ da União;

2.2.2. as áreas, nas ilhas oceânicas e costeiras, que estiverem no seu domínio, excluídas aquelas sob domínio da União, __(v)__ ou terceiros;



2.2.3. as ilhas fluviais e lacustres não pertencentes à __ (w) __;

2.2.4. as terras devolutas não compreendidas entre as da __ (x) __.

| | | | | |
|----------------|----------------|-------------------|-----------------|---------------|
| (a) União | (b) fronteiras | (c) vias | (d) ambiental | (e) Estado |
| (f) países | (g) países | (h) Municípios | (i) continental | (j) exclusiva |
| (k) hidráulica | (l) minerais | (m) arqueológicos | (n) índios | (o) petróleo |
| (p) elétrica | (q) financeira | (r) cinquenta | (s) fronteira | (t) Estados |
| (u) obras | (v) Municípios | (w) União | (x) União | |

3. Complete as lacunas a seguir, a respeito da classificação quanto à destinação dos bens públicos:

3.1. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito __ (a) __ interno; todos os outros são __ (b) __, seja qual for a pessoa a que pertencerem.

3.2. São bens públicos:

3.2.1. os de uso __ (c) __, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças;

3.2.2. os de uso __ (d) __, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas __ (e) __;

3.2.3. os __ (f) __, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

3.2.4. Não dispondo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito __ (g) __ a que se tenha dado estrutura de direito __ (h) __.

3.3. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são __ (i) __, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar.

3.4. Os bens públicos __ (j) __ podem ser alienados, observadas as exigências da lei.

3.5. Os bens públicos não estão sujeitos a __ (k) __.

3.6. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou __ (l) __, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

| | | | | |
|----------------|------------------|-------------------|------------------|----------------|
| (a) público | (b) particulares | (c) comum do povo | (d) especial | (e) autarquias |
| (f) dominicais | (g) público | (h) privado | (i) inalienáveis | (j) dominicais |
| (k) usucapião | (l) retribuído | | | |



LEI 14.133/2021 - PARTE 1

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

Perguntas

1. Em quais hipóteses a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos é aplicável?
2. Qual o conceito atribuído pela Lei nº 14.133/2021 ao serviço técnico?
3. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual a definição de matriz de riscos?
4. Segundo a Lei nº 14.133/2021, qual o conceito relativo à empreitada integral?
5. Qual o conceito de agente de contratação atribuído pela Lei nº 14.133/2021?
6. Quais são as vedações previstas na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos ao agente público designado para atuação na área de licitações e contratos da Administração Pública?
7. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais os principais objetivos do processo licitatório?
8. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quais características impossibilitarão uma empresa ou pessoa física de participar de uma licitação?
9. A nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos possibilita uma pessoa jurídica participar de licitação em consórcio?
10. O que deve constar na fase preparatória do processo licitatório, de acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?
11. Quais parâmetros serão observados para a definição do melhor preço no processo licitatório, segundo a Lei nº 14.133/2021?
12. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos permite que o orçamento estimado tenha caráter sigiloso?
13. Como serão estabelecidas as margens de preferência no processo de licitação, segundo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?
14. Em relação à legislação anterior, a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, trouxe mudanças quanto às modalidades de licitação, quais são?
15. Em quais hipóteses será indicada a modalidade do diálogo competitivo, segundo a Lei nº 14.133/2021?
16. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quando será escolhido o critério de julgamento por técnica e preço?
17. Conforme a Lei nº 14.133/2021, como será realizado o julgamento por técnica e preço?



18. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, no caso de uma licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá indicar uma marca? Em que circunstâncias?
19. Segundo a Lei nº 14.133/2021, como será realizada a prova de qualidade de produto?
20. Quais são os regimes, apresentados pela Lei nº 14.133/2021, na execução indireta de obras e serviços de engenharia?
21. Quais são os princípios que deverão ser atendidos pelas licitações de serviços, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?
22. Segundo a Lei nº 14.133/2021, em quais hipóteses a Administração poderá contratar mais de uma empresa?
23. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, as licitações de âmbito internacional seguirão as mesmas diretrizes de licitações nacionais?
24. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é obrigatória a divulgação e manutenção do inteiro teor do edital de licitação no site eletrônico oficial?
25. Segundo a Lei nº 14.133/2021, qual é o prazo mínimo para apresentação de propostas no caso de serviços e obras?
26. No que diz respeito à apresentação de propostas e lances, a Lei nº 14.133/2021 determina que a disputa poderá ocorrer de que forma?
27. Quais são as hipóteses de desclassificação de propostas apresentadas na Lei nº 14.133/2021?
28. Quais critérios, segundo a Lei nº 14.133/2021, serão utilizados para solucionar um empate entre propostas no processo licitatório?
29. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Administração poderá negociar vantagens, após definido o resultado do julgamento?
30. Quais são as etapas da fase de habilitação das licitações, segundo a Lei nº 14.133/2021?
31. Quais disposições serão observadas na fase de habilitação das licitações, segundo a Lei nº 14.133/2021?
32. Quais são as informações que deverão ser apresentadas pelos licitantes na qualificação técnico-profissional, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?
33. Segundo Lei nº 14.133/2021, quais qualificações poderão ser exigidas pelo edital de licitação em se tratando de um serviço contínuo?
34. Qual o objetivo da habilitação econômico-financeira, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?
35. A Lei nº 14.133/2021 assegura a utilização de índices não usuais na avaliação de situação econômico-financeira?
36. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais são as hipóteses cabíveis à autoridade superior após o encerramento das fases de julgamento e habilitação do processo licitatório?



Perguntas com respostas

1. Em quais hipóteses a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos é aplicável?

A Lei nº 14.133/2021 aplica-se a (art. 2º):

- a) alienação e concessão de direito real de uso de bens;
- b) compra, inclusive por encomenda;
- c) locação;
- d) concessão e permissão de uso de bens públicos;
- e) prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados;
- f) obras e serviços de arquitetura e engenharia;
- g) contratações de tecnologia da informação e de comunicação.

2. Qual o conceito atribuído pela Lei nº 14.133/2021 ao serviço técnico?

Os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual são aqueles realizados em trabalhos relativos a (art. 6º, inciso XVIII):

- a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias e consultorias técnicas e auditorias financeiras e tributárias;
- d) fiscalização, supervisão e gerenciamento de obras e serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais e administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;
- h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem na definição.

3. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual a definição de matriz de riscos?

A Lei nº 14.133/2021 determina que a matriz de risco é uma cláusula contratual definidora de riscos e de responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações (art. 6º, inciso XXVII):

- a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato que possam causar impacto em seu equilíbrio econômico-financeiro e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo por ocasião de sua ocorrência;
- b) no caso de obrigações de resultado, estabelecimento das frações do objeto com relação às quais haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou



tecnológicas, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico; e

- c) no caso de obrigações de meio, estabelecimento preciso das frações do objeto com relação às quais não haverá liberdade para os contratados inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo haver obrigação de aderência entre a execução e a solução predefinida no anteprojeto ou no projeto básico, consideradas as características do regime de execução no caso de obras e serviços de engenharia.

4. Segundo a Lei nº 14.133/2021, qual o conceito relativo à empreitada integral?

É a contratação de empreendimento em sua integralidade, compreendida a totalidade das etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade do contratado até sua entrega ao contratante em condições de entrada em operação, com características adequadas às finalidades para as quais foi contratado e atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização com segurança estrutural e operacional (art. 6º, inciso XXX).

5. Qual o conceito de agente de contratação atribuído pela Lei nº 14.133/2021?

Pessoa designada pela autoridade competente, entre servidores efetivos ou empregados públicos dos quadros permanentes da Administração Pública, para tomar decisões, acompanhar o trâmite da licitação, dar impulso ao procedimento licitatório e executar quaisquer outras atividades necessárias ao bom andamento do certame até a homologação (art. 6º, LX).

6. Quais são as vedações previstas na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos ao agente público designado para atuação na área de licitações e contratos da Administração Pública?

Ressalvados os casos previstos em lei, será vedado ao agente público (art. 9º):

- a) admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos que praticar, situações que:
 - I) comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo do processo licitatório, inclusive nos casos de participação de sociedades cooperativas;
 - II) estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou do domicílio dos licitantes;
 - III) sejam impertinentes ou irrelevantes para o objeto específico do contrato;
- b) estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamento, mesmo quando envolvido financiamento de agência internacional; e
- c) opor resistência injustificada ao andamento dos processos e, indevidamente, retardar ou deixar de praticar ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa em lei.

7. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais os principais objetivos do processo licitatório?



A licitação tem por objetivo (art. 11):

- a) assegurar a seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto;
- b) assegurar tratamento isonômico entre os licitantes, bem como a justa competição;
- c) evitar contratações com sobrepreço ou com preços manifestamente inexequíveis e superfaturamento na execução dos contratos; e
- d) incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.

8. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quais características impossibilitarão uma empresa ou pessoa física de participar de uma licitação?

Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente (art. 14):

- a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
- b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;
- c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
- d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, devendo essa proibição constar expressamente do edital de licitação;
- e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; e
- f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

9. A nova Lei de Licitação e Contratos Administrativos possibilita uma pessoa jurídica participar de licitação em consórcio?

Salvo vedação devidamente justificada no processo licitatório, pessoa jurídica poderá participar de licitação em consórcio, observadas as seguintes normas (art. 15):



- a) comprovação de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados;
- b) indicação da empresa líder do consórcio, que será responsável por sua representação perante a Administração;
- c) admissão, para efeito de habilitação técnica, do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, do somatório dos valores de cada consorciado;
- d) impedimento de a empresa consorciada participar, na mesma licitação, de mais de um consórcio ou de forma isolada; e
- e) responsabilidade solidária dos integrantes pelos atos praticados em consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato.

10. O que deve constar na fase preparatória do processo licitatório, de acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?

Essa fase é caracterizada pelo planejamento e deve ser compatível com o plano de contratações anual, sempre que elaborado, e com as leis orçamentárias, bem como abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que podem interferir na contratação, compreendidos (art. 18):

- a) a descrição da necessidade da contratação fundamentada em estudo técnico preliminar que caracterize o interesse público envolvido;
- b) a definição do objeto para o atendimento da necessidade, por meio de termo de referência, anteprojeto, projeto básico ou projeto executivo, conforme o caso;
- c) a definição das condições de execução e pagamento, das garantias exigidas e ofertadas e das condições de recebimento;
- d) o orçamento estimado, com as composições dos preços utilizados para sua formação;
- e) a elaboração do edital de licitação;
- f) a elaboração de minuta de contrato, quando necessária, que constará obrigatoriamente como anexo do edital de licitação;
- g) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;
- h) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;
- i) a motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;



- j) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;
- k) a motivação sobre o momento da divulgação do orçamento da licitação.

11. Quais parâmetros serão observados para a definição do melhor preço no processo licitatório, segundo a Lei nº 14.133/2021?

No processo licitatório para aquisição de bens e contratação de serviços em geral, conforme regulamento, o valor estimado será definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização dos seguintes parâmetros, adotados de forma combinada ou não (art. 23, § 1º):

- a) composição de custos unitários menores ou iguais à mediana do item correspondente no painel para consulta de preços ou no banco de preços em saúde disponíveis no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP);
- b) contratações similares feitas pela Administração Pública, em execução ou concluídas no período de 1 (um) ano anterior à data da pesquisa de preços, inclusive mediante sistema de registro de preços, observado o índice de atualização de preços correspondente;
- c) utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de tabela de referência formalmente aprovada pelo Poder Executivo federal e de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;
- d) pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores e que não tenham sido obtidos os orçamentos com mais de 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do edital; e
- e) pesquisa na base nacional de notas fiscais eletrônicas, na forma de regulamento.

12. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos permite que o orçamento estimado tenha caráter sigiloso?

Sim, desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas, e, nesse caso o sigilo não prevalecerá para os órgãos de controle interno e externo (art. 24).

13. Como serão estabelecidas as margens de preferência no processo de licitação, segundo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?

No processo de licitação, poderá ser estabelecida margem de preferência para (art. 26):

- a) bens manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras;
- b) bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis, conforme regulamento.

É importante mencionar que a margem de preferência citada será definida em decisão fundamentada do Poder Executivo federal, no caso de bens manufaturados e serviços nacionais;



poderá ser de até 10% (dez por cento) sobre o preço dos bens e serviços que não se enquadrem nas regras previstas; e poderá ser estendida a bens manufaturados e serviços originários de Estados Partes do Mercado Comum do Sul (Mercosul), desde que haja reciprocidade com o País prevista em acordo internacional aprovado pelo Congresso Nacional e ratificado pelo Presidente da República.

14. Em relação à legislação anterior, a Lei nº 14.133, de 1 de abril de 2021, trouxe mudanças quanto às modalidades de licitação, quais são?

A Lei nº 8.666/1993 previa as seguintes modalidades de licitação (art. 22);

- a) concorrência;
- b) tomada de preços;
- c) convite;
- d) concurso;
- e) leilão.

Além disso, a Lei nº 10.520/2002 previa a modalidade pregão.

Já a Lei nº 14.133/2021 prevê as seguintes modalidades de licitação (art. 28):

- a) pregão,
- b) concorrência,
- c) concurso,
- d) leilão, e
- e) diálogo competitivo.

Portanto, se comparada à Lei nº 8.666/1993, houve a exclusão das modalidades convite e tomada de preços, além da inclusão da modalidade diálogo competitivo.

15. Em quais hipóteses será indicada a modalidade do diálogo competitivo, segundo a Lei nº 14.133/2021?

A modalidade diálogo competitivo é restrita a contratações em que a Administração (art. 32):

- a) vise a contratar objeto que envolva as seguintes condições:
 - I) inovação tecnológica ou técnica;
 - II) impossibilidade de o órgão ou entidade ter sua necessidade satisfeita sem a adaptação de soluções disponíveis no mercado; e
 - III) impossibilidade de as especificações técnicas serem definidas com precisão suficiente pela Administração;
- b) verifique a necessidade de definir e identificar os meios e as alternativas que possam satisfazer suas necessidades, com destaque para os seguintes aspectos:



- I) a solução técnica mais adequada;
- II) os requisitos técnicos aptos a concretizar a solução já definida;
- III) a estrutura jurídica ou financeira do contrato.

16. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quando será escolhido o critério de julgamento por técnica e preço?

O critério de julgamento por técnica e preço será escolhido quando estudo técnico preliminar demonstrar que a avaliação e a ponderação da qualidade técnica das propostas que superarem os requisitos mínimos estabelecidos no edital forem relevantes aos fins pretendidos pela Administração nas licitações para contratação de (art. 36):

- a) serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, caso em que o critério de julgamento de técnica e preço deverá ser preferencialmente empregado;
- b) serviços majoritariamente dependentes de tecnologia sofisticada e de domínio restrito, conforme atestado por autoridades técnicas de reconhecida qualificação;
- c) bens e serviços especiais de tecnologia da informação e de comunicação;
- d) obras e serviços especiais de engenharia; e
- e) objetos que admitam soluções específicas e alternativas e variações de execução, com repercussões significativas e concretamente mensuráveis sobre sua qualidade, produtividade, rendimento e durabilidade, quando essas soluções e variações puderem ser adotadas à livre escolha dos licitantes, conforme critérios objetivamente definidos no edital de licitação.

17. Conforme a Lei nº 14.133/2021, como será realizado o julgamento por técnica e preço?

O julgamento por melhor técnica ou por técnica e preço deverá ser realizado por (art. 37, incisos I a III):

- a) verificação da capacitação e da experiência do licitante, comprovadas por meio da apresentação de atestados de obras, produtos ou serviços previamente realizados;
- b) atribuição de notas a quesitos de natureza qualitativa por banca designada para esse fim, de acordo com orientações e limites definidos em edital, considerados a demonstração de conhecimento do objeto, a metodologia e o programa de trabalho, a qualificação das equipes técnicas e a relação dos produtos que serão entregues; e
- c) atribuição de notas por desempenho do licitante em contratações anteriores aferida nos documentos comprobatórios de que trata o § 3º do art. 88 da Lei e em registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP).

Além disso, o julgamento será por melhor técnica ou por técnica e preço, na proporção de 70% (setenta por cento) de valoração da proposta técnica, na licitação para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual previstos nas alíneas 'a', 'd' e 'h' do inciso XVIII do *caput* do art. 6º da Lei cujo valor estimado da contratação seja superior a R\$



343.249,96, ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação (art. 37, § 2º, com valor atualizado pelo Decreto 11.317/2022).

18. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, no caso de uma licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá indicar uma marca? Em que circunstâncias?

Sim, no caso de licitação que envolva o fornecimento de bens, a Administração poderá excepcionalmente (art. 41):

- a) indicar uma ou mais marcas ou modelos, desde que formalmente justificado, nas seguintes hipóteses:
 - I) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;
 - II) em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração;
 - III) quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante; e
 - IV) quando a descrição do objeto a ser licitado puder ser mais bem compreendida pela identificação de determinada marca ou determinado modelo aptos a servir apenas como referência.

19. Segundo a Lei nº 14.133/2021, como será realizada a prova de qualidade de produto?

A prova de qualidade de produto apresentado pelos proponentes como similar ao das marcas eventualmente indicadas no edital será admitida por qualquer um dos seguintes meios (art. 42):

- a) comprovação de que o produto está de acordo com as normas técnicas determinadas pelos órgãos oficiais competentes, pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou por outra entidade credenciada pelo Inmetro;
- b) declaração de atendimento satisfatório emitida por outro órgão ou entidade de nível federativo equivalente ou superior que tenha adquirido o produto; e
- c) certificação, certificado, laudo laboratorial ou documento similar que possibilite a aferição da qualidade e da conformidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, emitido por instituição oficial competente ou por entidade credenciada.

20. Quais são os regimes, apresentados pela Lei nº 14.133/2021, na execução indireta de obras e serviços de engenharia?

Na execução indireta de obras e serviços de engenharia, são admitidos os seguintes regimes (art. 46):

- a) empreitada por preço unitário;
- b) empreitada por preço global;
- c) empreitada integral;
- d) contratação por tarefa;



- e) contratação integrada;
- f) contratação semi-integrada; e
- g) fornecimento e prestação de serviço associado.

Importante mencionar que será vedada a realização de obras e serviços de engenharia sem projeto executivo, salvo no caso de se tratar de estudo técnico preliminar para contratação de obras e serviços comuns de engenharia, se demonstrada a inexistência de prejuízo para a aferição dos padrões de desempenho e qualidade almejados, a especificação do objeto poderá ser realizada apenas em termo de referência ou em projeto básico, dispensada a elaboração de projetos.

21. Quais são os princípios que deverão ser atendidos pelas licitações de serviços, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?

As licitações de serviços atenderão aos princípios (art. 47):

- a) da padronização, considerada a compatibilidade de especificações estéticas, técnicas ou de desempenho; e
- b) do parcelamento, quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso.

22. Segundo a Lei nº 14.133/2021, em quais hipóteses a Administração poderá contratar mais de uma empresa?

Administração poderá, mediante justificativa expressa, contratar mais de uma empresa ou instituição para executar o mesmo serviço, desde que essa contratação não implique perda de economia de escala, quando (art. 49):

- a) o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de um contratado; e
- b) a múltipla execução for conveniente para atender à Administração.

23. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, as licitações de âmbito internacional seguirão as mesmas diretrizes de licitações nacionais?

Nas licitações de âmbito internacional, o edital deverá ajustar-se às diretrizes da política monetária e do comércio exterior e atender às exigências dos órgãos competentes (art. 52, *caput*).

24. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, é obrigatória a divulgação e manutenção do inteiro teor do edital de licitação no site eletrônico oficial?

Não, é facultada a divulgação adicional e a manutenção do inteiro teor do edital e de seus anexos em sítio eletrônico oficial do ente federativo do órgão ou entidade responsável pela licitação ou, no caso de consórcio público, do ente de maior nível entre eles, admitida, ainda, a divulgação direta a interessados devidamente cadastrados para esse fim (art. 54, § 2º).



25. Segundo a Lei nº 14.133/2021, qual é o prazo mínimo para apresentação de propostas no caso de serviços e obras?

No caso de serviços e obras, os prazos mínimos para apresentação de propostas e lances, contados a partir da data de divulgação do edital de licitação, são (art. 55, inciso II):

- a) 10 (dez) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços comuns e de obras e serviços comuns de engenharia;
- b) 25 (vinte e cinco) dias úteis, quando adotados os critérios de julgamento de menor preço ou de maior desconto, no caso de serviços especiais e de obras e serviços especiais de engenharia;
- c) 60 (sessenta) dias úteis, quando o regime de execução for de contratação integrada; e
- d) 35 (trinta e cinco) dias úteis, quando o regime de execução for o de contratação semi-integrada ou nas hipóteses não abrangidas pelas opções anteriores.

26. No que diz respeito à apresentação de propostas e lances, a Lei nº 14.133/2021 determina que a disputa poderá ocorrer de que forma?

O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente (art. 56):

- a) aberto, hipótese em que os licitantes apresentarão suas propostas por meio de lances públicos e sucessivos, crescentes ou decrescentes; e
- b) fechado, hipótese em que as propostas permanecerão em sigilo até a data e hora designadas para sua divulgação.

27. Quais são as hipóteses de desclassificação de propostas apresentadas na Lei nº 14.133/2021?

Serão desclassificadas as propostas que (art. 59):

- a) contiverem vícios insanáveis;
- b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
- c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
- d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração; e
- e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

28. Quais critérios, segundo a Lei nº 14.133/2021, serão utilizados para solucionar um empate entre propostas no processo licitatório?

Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, **nesta ordem** (art. 60):



- a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
- b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;
- c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento; e
- d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

29. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a Administração poderá negociar vantagens, após definido o resultado do julgamento?

Sim, definido o resultado do julgamento, a Administração poderá negociar condições mais vantajosas com o primeiro colocado. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração (art. 61, caput e § 1º).

30. Quais são as etapas da fase de habilitação das licitações, segundo a Lei nº 14.133/2021?

A habilitação é a fase da licitação em que se verifica o conjunto de informações e documentos necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, dividindo-se em (art. 62):

- a) jurídica;
- b) técnica;
- c) fiscal, social e trabalhista; e
- d) econômico-financeira.

31. Quais disposições serão observadas na fase de habilitação das licitações, segundo a Lei nº 14.133/2021?

Na fase de habilitação das licitações serão observadas as seguintes disposições (art. 63):

- a) poderá ser exigida dos licitantes a declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei;
- b) será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor, exceto quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento;
- c) serão exigidos os documentos relativos à regularidade fiscal, em qualquer caso, somente em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado; e



- d) será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

32. Quais são as informações que deverão ser apresentadas pelos licitantes na qualificação técnico-profissional, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?

A documentação relativa à qualificação técnico-profissional e técnico-operacional será restrita a (art. 67):

- a) apresentação de profissional, devidamente registrado no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, para fins de contratação;
- b) certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei;
- c) indicação do pessoal técnico, das instalações e do aparelhamento adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada membro da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;
- d) prova do atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso;
- e) registro ou inscrição na entidade profissional competente, quando for o caso; e
- f) declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação.

33. Segundo Lei nº 14.133/2021, quais qualificações poderão ser exigidas pelo edital de licitação em se tratando de um serviço contínuo?

Em se tratando de serviços contínuos, o edital poderá exigir certidão ou atestado que demonstre que o licitante tenha executado serviços similares ao objeto da licitação, em períodos sucessivos ou não, por um prazo mínimo, que não poderá ser superior a 3 (três) anos (art. 67, § 5º).

34. Qual o objetivo da habilitação econômico-financeira, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?

A habilitação econômico-financeira visa a demonstrar a aptidão econômica do licitante para cumprir as obrigações decorrentes do futuro contrato, devendo ser comprovada de forma objetiva, por coeficientes e índices econômicos previstos no edital, devidamente justificados no processo licitatório (art. 69).

35. A Lei nº 14.133/2021 assegura a utilização de índices não usuais na avaliação de situação econômico-financeira?



Não assegura, pois é vedada a exigência de índices e valores não usualmente adotados para a avaliação de situação econômico-financeira suficiente para o cumprimento das obrigações decorrentes da licitação (art. 69, § 5º).

36. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais são as hipóteses cabíveis à autoridade superior após o encerramento das fases de julgamento e habilitação do processo licitatório?

Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá (art. 71):

- a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
- b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
- c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
- d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.



LEI 14.133/2021 - PARTE 2

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

Perguntas

1. Como deverá ser instruído o processo de contratação direta, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?
2. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quais são os valores atribuídos como limite à dispensa de licitação?
3. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quais condições possibilitarão a Administração conceder o título de propriedade?
4. Quais são os procedimentos auxiliares das licitações e contratações previstos pela Lei nº 14.133/2021?
5. Como se dá o procedimento de manifestação de interesse em um processo licitatório?
6. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais são as principais características do sistema de registro de preços segundo as disposições que devem estar previstas em seu edital?
7. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, onde estará disponível o registro cadastral unificado a ser utilizado por órgãos e entidades da Administração Pública?

Perguntas com respostas

1. Como deverá ser instruído o processo de contratação direta, de acordo com a Lei nº 14.133/2021?

O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos (art. 72):



- a) documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;
- b) estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 da Lei;
- c) parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;
- d) demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;
- e) comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;
- f) razão da escolha do contratado;
- g) justificativa de preço; e
- h) autorização da autoridade competente.

2. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quais são os valores atribuídos como limite à dispensa de licitação?

A licitação será dispensável (art. 75, incisos I e II, com valores atualizados pelo Decreto 11.317/2022):

- a) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 114.416,65, no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; e
- b) para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 57.208,33, no caso de outros serviços e compras.

3. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quais condições possibilitarão a Administração conceder o título de propriedade?

A Administração poderá conceder título de propriedade ou de direito real de uso de imóvel, admitida a dispensa de licitação, quando o uso se destinar a (art. 76, § 3º):

- a) outro órgão ou entidade da Administração Pública, qualquer que seja a localização do imóvel; e
- b) pessoa natural que, nos termos de lei, regulamento ou ato normativo do órgão competente, haja implementado os requisitos mínimos de cultura, de ocupação mansa e pacífica e de exploração direta sobre área rural, observado o limite de dois mil e quinhentos hectares (§ 1º do art. 6º da Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009).

4. Quais são os procedimentos auxiliares das licitações e contratações previstos pela Lei nº 14.133/2021?

São procedimentos auxiliares das licitações e das contratações regidas pela Lei 14.133/2021 (art. 78):

- a) credenciamento;



- b) pré-qualificação;
- c) procedimento de manifestação de interesse;
- d) sistema de registro de preços; e
- e) registro cadastral.

5. Como se dá o procedimento de manifestação de interesse em um processo licitatório?

A Administração poderá solicitar à iniciativa privada, mediante procedimento aberto de manifestação de interesse a ser iniciado com a publicação de edital de chamamento público, a propositura e a realização de estudos, investigações, levantamentos e projetos de soluções inovadoras que contribuam com questões de relevância pública, na forma de regulamento (art. 81, *caput*).

Os estudos, as investigações, os levantamentos e os projetos vinculados à contratação e de utilidade para a licitação, realizados pela Administração ou com a sua autorização, estarão à disposição dos interessados, e o vencedor da licitação deverá ressarcir os dispêndios correspondentes, conforme especificado no edital (art. 81, § 1º).

A realização, pela iniciativa privada, de estudos, investigações, levantamentos e projetos em decorrência do procedimento de manifestação de interesse (art. 81, § 2º):

- a) não atribuirá ao realizador direito de preferência no processo licitatório;
- b) não obrigará o poder público a realizar licitação;
- c) não implicará, por si só, direito a ressarcimento de valores envolvidos em sua elaboração; e
- d) será remunerada somente pelo vencedor da licitação, vedada, em qualquer hipótese, a cobrança de valores do poder público.

6. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais são as principais características do sistema de registro de preços segundo as disposições que devem estar previstas em seu edital?

O edital de licitação para registro de preços observará as regras gerais da Lei nº 14.133/2021 e deverá dispor sobre (art. 82):

- a) as especificidades da licitação e de seu objeto, inclusive a quantidade máxima de cada item que poderá ser adquirida;
- b) a quantidade mínima a ser cotada de unidades de bens ou, no caso de serviços, de unidades de medida;
- c) a possibilidade de prever preços diferentes;
- d) quando o objeto for realizado ou entregue em locais diferentes;
- e) em razão da forma e do local de acondicionamento;
- f) quando admitida cotação variável em razão do tamanho do lote;
- g) por outros motivos justificados no processo;



- h) a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, obrigando-se nos limites dela;
- i) o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado;
- j) as condições para alteração de preços registrados;
- k) o registro de mais de um fornecedor ou prestador de serviço, desde que aceitem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação;
- l) a vedação à participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo na ocorrência de ata que tenha registrado quantitativo inferior ao máximo previsto no edital;
- e
- m) as hipóteses de cancelamento da ata de registro de preços e suas consequências.

7. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, onde estará disponível o registro cadastral unificado a ser utilizado por órgãos e entidades da Administração Pública?

Os órgãos e entidades da Administração Pública deverão utilizar o sistema de registro cadastral unificado disponível no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), para efeito de cadastro unificado de licitantes, na forma disposta em regulamento (art. 87).



LEI 14.133/2021 - PARTE 3

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

Perguntas

1. Quais são as possibilidades de reajustes em contratos de serviços contínuos, segundo a Lei nº 14.133/2021?
2. Segundo a Lei nº 14.133/2021, como deverão ser procedidas as contratações de projetos ou serviços técnicos especializados?
3. Quais são as modalidades de garantia previstas na Lei nº 14.133/2021?
4. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual o percentual de garantia exigido nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto?
5. Quais são as prerrogativas da Administração asseguradas pela Lei nº 14.133/2021?
6. Segundo a Lei nº 14.133/2021, qual é o prazo máximo que pode ser celebrado um contrato pela Administração?
7. Como será fiscalizada a execução do contrato, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?
8. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o contratado poderá ser responsabilizado por danos causados à Administração?
9. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, como será o procedimento de alteração contratual para supressão de obras?
10. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quando deverá ser pedido o restabelecimento do equilíbrio econômico?
11. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, na hipótese de contratação semi-integrada é possível a alteração de valores contratuais?
12. Segundo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, como serão repactuados os contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva da mão de obra?
13. Como são realizados os registros que não caracterizam alteração do contrato, conforme determina a Lei nº 14.133/2021?
14. Quais são as hipóteses de extinção do contrato previstas na Lei nº 14.133/2021?
15. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais são as formas possíveis para a extinção do contrato?
16. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, de que forma o objeto do contrato será recebido pela Administração?



17. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em caso de obra, o recebimento definitivo pela Administração eximirá o contratado de responsabilização?
18. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a ordem cronológica de pagamentos da Administração poderá ser alterada? Em quais hipóteses?
19. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais são as hipóteses de nulidade da licitação?
20. De acordo com a Lei nº 14.133, os contratos poderão ter meios alternativos de resolução de controvérsias?
21. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o contratado poderá ser responsabilizado administrativamente por ensejar o retardamento da entrega do objeto da licitação?
22. Como ocorrerá a prescrição de uma infração, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?
23. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em caso de abuso de poder, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada?
24. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, possibilita a reabilitação de um licitante?
25. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, como será realizada a gestão de risco das contratações públicas?
26. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quais serão os dispositivos observados na fiscalização de controle?
27. O que acontecerá em casos de suspensão cautelar do processo licitatório, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?
28. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual o objetivo do Portal Nacional de Contratações Públicas?

Perguntas com respostas

1. Quais são as possibilidades de reajustes em contratos de serviços contínuos, segundo a Lei nº 14.133/2021?

Nos contratos de serviços contínuos, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, o critério de reajustamento de preços será por (art. 92, § 4º):

- a) reajustamento em sentido estrito, quando não houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante previsão de índices específicos ou setoriais; e
- b) repactuação, quando houver regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou predominância de mão de obra, mediante demonstração analítica da variação dos custos.



2. Segundo a Lei nº 14.133/2021, como deverão ser procedidas as contratações de projetos ou serviços técnicos especializados?

Nas contratações de projetos ou de serviços técnicos especializados, inclusive daqueles que contemplem o desenvolvimento de programas e aplicações de internet para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento e de comunicação da informação (software) - e a respectiva documentação técnica associada -, o autor deverá ceder todos os direitos patrimoniais a eles relativos para a Administração Pública, hipótese em que poderão ser livremente utilizados e alterados por ela em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização de seu autor (art. 93).

3. Quais são as modalidades de garantia previstas na Lei nº 14.133/2021?

Caberá ao contratado optar por uma das seguintes modalidades de garantia (art. 96, § 1º):

- a) caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;
- b) seguro-garantia;
- c) fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil; e
- d) título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

4. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual o percentual de garantia exigido nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto?

Nas contratações de obras e serviços de engenharia de grande vulto, poderá ser exigida a prestação de garantia, na modalidade seguro-garantia, com cláusula de retomada prevista no art. 102 da Lei, em percentual equivalente a até 30% (trinta por cento) do valor inicial do contrato (art. 99).

5. Quais são as prerrogativas da Administração asseguradas pela Lei nº 14.133/2021?

O regime jurídico dos contratos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, as prerrogativas de (art. 104):

- a) modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;
- b) extingui-los, unilateralmente, nos casos especificados nesta Lei;
- c) fiscalizar sua execução;
- d) aplicar sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do ajuste; e
- e) ocupar provisoriamente bens móveis e imóveis e utilizar pessoal e serviços vinculados ao objeto do contrato nas hipóteses de:



- I) risco à prestação de serviços essenciais;
- II) necessidade de acautelar apuração administrativa de faltas contratuais pelo contratado, inclusive após extinção do contrato.

6. Segundo a Lei nº 14.133/2021, qual é o prazo máximo que pode ser celebrado um contrato pela Administração?

A Administração poderá celebrar contratos com prazo de até 5 (cinco) anos nas hipóteses de serviços e fornecimentos contínuos, observadas as seguintes diretrizes (art. 106):

- a) a autoridade competente do órgão ou entidade contratante deverá atestar a maior vantagem econômica vislumbrada em razão da contratação plurianual;
- b) a Administração deverá atestar, no início da contratação e de cada exercício, a existência de créditos orçamentários vinculados à contratação e a vantagem em sua manutenção; e
- c) a Administração terá a opção de extinguir o contrato, sem ônus, quando não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

7. Como será fiscalizada a execução do contrato, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?

A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição (art. 117).

8. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o contratado poderá ser responsabilizado por danos causados à Administração?

Sim, o contratado será responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo contratante (art. 120).

9. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, como será o procedimento de alteração contratual para supressão de obras?

Nas alterações contratuais para supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e os colocado no local dos trabalhos, estes deverão ser pagos pela Administração pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente reajustados, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados (art. 129).

10. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quando deverá ser pedido o restabelecimento do equilíbrio econômico?



O pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação nos termos do art. 107 da Lei (art. 131, parágrafo único).

11. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, na hipótese de contratação semi-integrada é possível a alteração de valores contratuais?

Nas hipóteses em que for adotada a contratação integrada ou semi-integrada, é vedada a alteração dos valores contratuais, **exceto** nos seguintes casos (art. 133):

- a) para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro decorrente de caso fortuito ou força maior;
- b) por necessidade de alteração do projeto ou das especificações para melhor adequação técnica aos objetivos da contratação, a pedido da Administração, desde que não decorrente de erros ou omissões por parte do contratado, observados os limites estabelecidos no art. 125 desta Lei;
- c) por necessidade de alteração do projeto nas contratações semi-integradas, nos termos do § 5º do art. 46 desta Lei; e
- d) por ocorrência de evento superveniente alocado na matriz de riscos como de responsabilidade da Administração.

12. Segundo a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, como serão repactuados os contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva da mão de obra?

Os preços dos contratos para serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra ou com predominância de mão de obra serão repactuados para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, mediante demonstração analítica da variação dos custos contratuais, com data vinculada (art. 135):

- a) à da apresentação da proposta, para custos decorrentes do mercado; e
- b) ao acordo, à convenção coletiva ou ao dissídio coletivo ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos de mão de obra.

13. Como são realizados os registros que não caracterizam alteração do contrato, conforme determina a Lei nº 14.133/2021?

Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, como nas seguintes situações (art. 136):

- a) variação do valor contratual para fazer face ao reajuste ou à repactuação de preços previstos no próprio contrato;
- b) atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento previstas no contrato;
- c) alterações na razão ou na denominação social do contratado; e



d) empenho de dotações orçamentárias.

14. Quais são as hipóteses de extinção do contrato previstas na Lei nº 14.133/2021?

Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações (art. 137):

- a) não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) atraso na obtenção da licença ambiental, ou impossibilidade de obtê-la, ou alteração substancial do anteprojeto que dela resultar, ainda que obtida no prazo previsto;
- g) atraso na liberação das áreas sujeitas a desapropriação, a desocupação ou a servidão administrativa, ou impossibilidade de liberação dessas áreas;
- h) razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante; e
- i) não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

15. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais são as formas possíveis para a extinção do contrato?

A extinção do contrato poderá ser (art. 138):

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração; e
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

16. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, de que forma o objeto do contrato será recebido pela Administração?

O objeto do contrato será recebido (art. 140):



- a) em se tratando de obras e serviços:
 - I) provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico;
 - II) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais;
- b) em se tratando de compras:
 - I) provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais;
 - II) definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

17. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em caso de obra, o recebimento definitivo pela Administração eximirá o contratado de responsabilização?

Não, em se tratando de obra, o recebimento definitivo pela Administração não eximirá o contratado, pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos, admitida a previsão de prazo de garantia superior no edital e no contrato, da responsabilidade objetiva pela solidez e pela segurança dos materiais e dos serviços executados e pela funcionalidade da construção, da reforma, da recuperação ou da ampliação do bem imóvel, e, em caso de vício, defeito ou incorreção identificados, o contratado ficará responsável pela reparação, pela correção, pela reconstrução ou pela substituição necessárias (art. 140, § 6º).

18. De acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a ordem cronológica de pagamentos da Administração poderá ser alterada? Em quais hipóteses?

Sim, a ordem cronológica de pagamentos da Administração poderá ser alterada, mediante prévia justificativa da autoridade competente e posterior comunicação ao órgão de controle interno da Administração e ao tribunal de contas competente, exclusivamente nas seguintes situações (art. 141, § 1º):

- a) grave perturbação da ordem, situação de emergência ou calamidade pública;
- b) pagamento a microempresa, empresa de pequeno porte, agricultor familiar, produtor rural pessoa física, microempreendedor individual e sociedade cooperativa, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- c) pagamento de serviços necessários ao funcionamento dos sistemas estruturantes, desde que demonstrado o risco de descontinuidade do cumprimento do objeto do contrato;
- d) pagamento de direitos oriundos de contratos em caso de falência, recuperação judicial ou dissolução da empresa contratada; e
- e) pagamento de contrato cujo objeto seja imprescindível para assegurar a integridade do patrimônio público ou para manter o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, quando demonstrado o risco de descontinuidade da prestação de serviço público de relevância ou o cumprimento da missão institucional.



19. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, quais são as hipóteses de nulidade da licitação?

Constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, com avaliação, entre outros, dos seguintes aspectos (art. 147):

- a) impactos econômicos e financeiros decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- b) riscos sociais, ambientais e à segurança da população local decorrentes do atraso na fruição dos benefícios do objeto do contrato;
- c) motivação social e ambiental do contrato;
- d) custo da deterioração ou da perda das parcelas executadas;
- e) despesa necessária à preservação das instalações e dos serviços já executados;
- f) despesa inerente à desmobilização e ao posterior retorno às atividades;
- g) medidas efetivamente adotadas pelo titular do órgão ou entidade para o saneamento dos indícios de irregularidades apontados;
- h) custo total e estágio de execução física e financeira dos contratos, dos convênios, das obras ou das parcelas envolvidas;
- i) fechamento de postos de trabalho diretos e indiretos em razão da paralisação;
- j) custo para realização de nova licitação ou celebração de novo contrato; e
- k) custo de oportunidade do capital durante o período de paralisação.

20. De acordo com a Lei nº 14.133, os contratos poderão ter meios alternativos de resolução de controvérsias?

Sim, nas contratações regidas por esta Lei, poderão ser utilizados meios alternativos de prevenção e resolução de controvérsias, notadamente a conciliação, a mediação, o comitê de resolução de disputas e a arbitragem (art. 151).

21. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, o contratado poderá ser responsabilizado administrativamente por ensejar o retardamento da entrega do objeto da licitação?

Sim, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 155):

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;



- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) **ensajar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;**
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação; e
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

22. Como ocorrerá a prescrição de uma infração, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?

A prescrição ocorrerá em 5 (cinco) anos, contados da ciência da infração pela Administração, e será (art. 158, § 4º):

- a) interrompida pela instauração do processo de responsabilização a que se refere o *caput* do artigo 158;
- b) suspensa pela celebração de acordo de leniência previsto na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013; e
- c) suspensa por decisão judicial que inviabilize a conclusão da apuração administrativa.

23. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, em caso de abuso de poder, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada?

Sim, a personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160).

24. A nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, possibilita a reabilitação de um licitante?

Sim, é admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente (art. 163):

- a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
- b) pagamento da multa;



- c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;
- d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo; e
- e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos no artigo 163.

25. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, como será realizada a gestão de risco das contratações públicas?

As contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social, sujeitar-se-ão às seguintes linhas de defesa (art. 169):

- a) primeira linha de defesa, integrada por servidores e empregados públicos, agentes de licitação e autoridades que atuam na estrutura de governança do órgão ou entidade;
- b) segunda linha de defesa, integrada pelas unidades de assessoramento jurídico e de controle interno do próprio órgão ou entidade; e
- c) terceira linha de defesa, integrada pelo órgão central de controle interno da Administração e pelo tribunal de contas.

26. Segundo a Lei nº 14.133/2021, quais serão os dispositivos observados na fiscalização de controle?

Na fiscalização de controle será observado o seguinte (art. 171):

- a) viabilização de oportunidade de manifestação aos gestores sobre possíveis propostas de encaminhamento que terão impacto significativo nas rotinas de trabalho dos órgãos e entidades fiscalizados, a fim de que eles disponibilizem subsídios para avaliação prévia da relação entre custo e benefício dessas possíveis proposições;
- b) adoção de procedimentos objetivos e imparciais e elaboração de relatórios tecnicamente fundamentados, baseados exclusivamente nas evidências obtidas e organizados de acordo com as normas de auditoria do respectivo órgão de controle, de modo a evitar que interesses pessoais e interpretações tendenciosas interfiram na apresentação e no tratamento dos fatos levantados; e
- c) definição de objetivos, nos regimes de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, atendidos os requisitos técnicos, legais, orçamentários e financeiros, de acordo com as finalidades da contratação, devendo, ainda, ser perquirida a conformidade do preço global com os parâmetros de mercado para o objeto contratado, considerada inclusive a dimensão geográfica.



27. O que acontecerá em casos de suspensão cautelar do processo licitatório, de acordo com a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos?

Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito da irregularidade que tenha dado causa à suspensão no prazo de 25 (vinte e cinco) dias úteis, contado da data do recebimento das informações a que se refere o § 2º do artigo, prorrogável por igual período uma única vez, e definirá objetivamente (art. 171, § 1º):

- a) as causas da ordem de suspensão; e
- b) o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado pela suspensão da licitação, no caso de objetos essenciais ou de contratação por emergência.

28. De acordo com a Lei nº 14.133/2021, qual o objetivo do Portal Nacional de Contratações Públicas?

O Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é um sítio eletrônico oficial destinado à (art. 174):

- a) divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos por esta Lei; e
- b) realização facultativa das contratações pelos órgãos e entidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário de todos os entes federativo.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

Observação importante: os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estão com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236.

1. Qual o objeto tutelado pelo sistema de responsabilização por atos de probidade administrativa?
2. Para a tipificação como um ato de improbidade administrativa considera, a conduta precisa ser dolosa, culposa ou isso não é relevante?
3. Quais são as categorias de atos de improbidade administrativa previstas na LIA?
4. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito (art. 9º):
 - 4.1. Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato ____ (a) ____, qualquer tipo de vantagem ____ (b) ____ indevida em razão do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º da LIA, e notadamente:
 - 4.1.1. receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de ____ (c) ____, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha ____ (d) ____, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;
 - 4.1.2. perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para ____ (e) ____ a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de ____ (f) ____ pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;
 - 4.1.3. perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem ____ (g) ____ ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço ____ (h) ____ ao valor de mercado;
 - 4.1.4. utilizar, em obra ou serviço ____ (i) ____, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA, bem como o ____ (j) ____ de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades;
 - 4.1.5. receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para ____ (k) ____ a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de ____ (l) ____ ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;
 - 4.1.6. receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre qualquer dado ____ (m) ____ que envolva obras públicas ou qualquer outro



serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de ____ (n) ____ ou bens fornecidos a qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA;

4.1.7. adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja ____ (o) ____ à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da ____ (p) ____ da origem dessa evolução;

4.1.8. aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou ____ (q) ____ por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, ____ (r) ____ a atividade;

4.1.9. perceber vantagem econômica para ____ (s) ____ a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

4.1.10. receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para ____ (t) ____ ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;

4.1.11. incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo ____ (u) ____ das entidades mencionadas no art. 1º da LIA;

4.1.12. usar, em ____ (v) ____ próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da LIA.

5. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário (art. 10):

5.1. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e ____ (a) ____, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º da LIA, e notadamente:

5.1.1. facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida ____ (b) ____ ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º da LIA;

5.1.2. permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada ____ (c) ____ bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

5.1.3. doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente ____ (d) ____, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

5.1.4. permitir ou ____ (e) ____ a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA, ou ainda a prestação de ____ (f) ____ por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

5.1.5. permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço ____ (g) ____ ao de mercado;



- 5.1.6. realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar ____ (h) ____ insuficiente ou inidônea;
- 5.1.7. conceder benefício administrativo ou ____ (i) ____ sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- 5.1.8. frustrar a licitude de processo ____ (j) ____ ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial ____ (k) ____;
- 5.1.9. ordenar ou permitir a realização de ____ (l) ____ não autorizadas em lei ou regulamento;
- 5.1.10. agir ilicitamente na ____ (m) ____ de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;
- 5.1.11. liberar verba pública sem a ____ (n) ____ observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;
- 5.1.12. permitir, facilitar ou concorrer para que ____ (o) ____ se enriqueça ilicitamente;
- 5.1.13. permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, ____ (p) ____, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, bem como o ____ (q) ____ de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- 5.1.14. celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da ____ (r) ____ associada sem observar as formalidades previstas na lei;
- 5.1.15. celebrar contrato de rateio de ____ (s) ____ público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.
- 5.1.16. facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de ____ (t) ____, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- 5.1.17. permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores ____ (u) ____ transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- 5.1.18. celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a ____ (v) ____ das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- 5.1.19. agir para a configuração de ____ (w) ____ na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;
- 5.1.20. liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou ____ (x) ____ de qualquer forma para a sua aplicação irregular.



5.1.21. conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou ____ (y) ____ contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

6. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos atos de improbidade que atentam contra princípios da administração pública (art. 11):

6.1. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão ____ (a) ____ que viole os deveres de ____ (b) ____, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

6.1.1. revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em ____ (c) ____, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da ____ (d) ____ e do Estado;

6.1.2. negar ____ (e) ____ aos atos oficiais, exceto em razão de sua ____ (f) ____ para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;

6.1.3. frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter ____ (g) ____ de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício ____ (h) ____, direto ou indireto, ou de terceiros;

6.1.4. deixar de prestar ____ (i) ____ quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ____ (j) ____ irregularidades;

6.1.5. revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida ____ (k) ____ ou econômica capaz de afetar o ____ (l) ____ de mercadoria, bem ou serviço;

6.1.6. descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de ____ (m) ____ firmadas pela administração pública com entidades privadas;

6.1.7. nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o ____ (n) ____ grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em comissão ou de ____ (o) ____ ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;

6.1.8. praticar, no âmbito da administração pública e com ____ (p) ____ do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover ____ (q) ____ enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

7. É possível que um agente público pratique conduta caracterizada como ato de improbidade administrativa e seja punido com detenção?

8. Sobre as sanções previstas na LIA, complete o quadro a seguir (art. 12, incisos I a III):

Cominações aplicáveis ao responsável pelo ato de improbidade...



| ...que importam enriquecimento Ilícito | ...que causa prejuízo ao erário | ...que atenta contra os princípios da administração pública |
|--|--|--|
| Perda dos <u>(a)</u> acrescidos ilicitamente ao patrimônio | Perda dos <u>(a)</u> acrescidos ilicitamente ao patrimônio (se ocorrer esta circunstância) | - |
| Perda da <u>(b)</u> pública | | - |
| Suspensão dos direitos políticos até <u>(c)</u> anos | Suspensão dos direitos políticos até <u>(d)</u> anos | - |
| Multa <u>(e)</u> equivalente ao valor do <u>(f)</u> patrimonial | Multa <u>(e)</u> equivalente ao valor do <u>(g)</u> | Multa <u>(e)</u> de até <u>(h)</u> vezes o valor da <u>(i)</u> do agente |
| Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(l)</u> anos | Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(m)</u> anos | Proibição de <u>(j)</u> com Poder Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(n)</u> anos |

9. Qual o objetivo do pedido de indisponibilidade de bens do agente público, no âmbito da ação por improbidade administrativa?
10. No âmbito da ação por improbidade administrativa, é possível que a autoridade administrativa determine o afastamento do agente público do exercício do cargo, quando assim se fizer necessário à instrução processual?
11. Qual o legitimado para impetrar a ação de improbidade? Qual o foro competente para sua impetração?
12. Qual medida deve ser adotada pelo juiz ao reconhecer a inexistência do ato de improbidade? Em que momento essa medida pode ser adotada?
13. André efetuou representação por ato de improbidade administrativa contra Pedro, sabendo que este era inocente. Considerando que nenhuma das pessoas mencionadas são consideradas agentes públicos ou terceiros beneficiários pela LIA, é possível concluir que André cometeu crime previsto na LIA?
14. Quais os possíveis resultados que devem ser advindos do acordo de não persecução civil para que ele possa ser celebrado?
15. Quais os requisitos para que ocorra a conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública?
16. A absolvição criminal impede o trâmite da ação de improbidade, caso ambas as ações discutam os mesmos fatos?



Perguntas com respostas

Observação importante: os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estão com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236.

1. Qual o objeto tutelado pelo sistema de responsabilização por atos de probidade administrativa?

A probidade na organização do Estado e o exercício de suas funções, visando assegurar a integridade do patrimônio público e social (art. 1º, caput, da LIA).

Art. 1º O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social, nos termos desta Lei.

2. Para a tipificação como um ato de improbidade administrativa considera, a conduta precisa ser dolosa, culposa ou isso não é relevante?

A conduta necessariamente precisa ser dolosa, sendo considerado dolo, pela LIA, a vontade livre e consciente de alcançar o resultado ilícito tipificado nos arts. 9º, 10 e 11 da Lei, não bastando a voluntariedade do agente (art. 1º, § 2º).

O requisito do dolo talvez seja a principal mudança trazida pela Lei 14.230/2021, já que antes dela a LIA previa o enquadramento de condutas culposas como ato de improbidade.

3. Quais são as categorias de atos de improbidade administrativa previstas na LIA?

São as três categorias a seguir:

- a) ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito (art. 9º);
- b) ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário (art. 10º); e
- c) ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública (art. 11).

4. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos atos de improbidade administrativa que importam em enriquecimento ilícito (art. 9º):

4.1. Constitui ato de improbidade administrativa importando em enriquecimento ilícito auferir, mediante a prática de ato ____ (a) ____, qualquer tipo de vantagem ____ (b) ____ indevida em razão



do exercício de cargo, de mandato, de função, de emprego ou de atividade nas entidades referidas no art. 1º da LIA, e notadamente:

4.1.1. receber, para si ou para outrem, dinheiro, bem móvel ou imóvel, ou qualquer outra vantagem econômica, direta ou indireta, a título de ____ (c) ____, percentagem, gratificação ou presente de quem tenha ____ (d) ____, direto ou indireto, que possa ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público;

4.1.2. perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para ____ (e) ____ a aquisição, permuta ou locação de bem móvel ou imóvel, ou a contratação de ____ (f) ____ pelas entidades referidas no art. 1º por preço superior ao valor de mercado;

4.1.3. perceber vantagem econômica, direta ou indireta, para facilitar a alienação, permuta ou locação de bem ____ (g) ____ ou o fornecimento de serviço por ente estatal por preço ____ (h) ____ ao valor de mercado;

4.1.4. utilizar, em obra ou serviço ____ (i) ____, qualquer bem móvel, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA, bem como o ____ (j) ____ de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essas entidades;

4.1.5. receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para ____ (k) ____ a exploração ou a prática de jogos de azar, de lenocínio, de narcotráfico, de contrabando, de ____ (l) ____ ou de qualquer outra atividade ilícita, ou aceitar promessa de tal vantagem;

4.1.6. receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indireta, para fazer declaração falsa sobre qualquer dado ____ (m) ____ que envolva obras públicas ou qualquer outro serviço ou sobre quantidade, peso, medida, qualidade ou característica de ____ (n) ____ ou bens fornecidos a qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA;

4.1.7. adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput deste artigo, cujo valor seja ____ (o) ____ à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, assegurada a demonstração pelo agente da ____ (p) ____ da origem dessa evolução;

4.1.8. aceitar emprego, comissão ou exercer atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica que tenha interesse suscetível de ser atingido ou ____ (q) ____ por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, ____ (r) ____ a atividade;

4.1.9. perceber vantagem econômica para ____ (s) ____ a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza;

4.1.10. receber vantagem econômica de qualquer natureza, direta ou indiretamente, para ____ (t) ____ ato de ofício, providência ou declaração a que esteja obrigado;



4.1.11. incorporar, por qualquer forma, ao seu patrimônio bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo ____ (u) ____ das entidades mencionadas no art. 1º da LIA;

4.1.12. usar, em ____ (v) ____ próprio, bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da LIA.

| | | | | |
|-----------------|-----------------|--------------|-----------------|---------------------|
| (a) doloso | (b) patrimonial | (c) comissão | (d) interesse | (e) facilitar |
| (f) serviços | (g) público | (h) inferior | (i) particular | (j) trabalho |
| (k) tolerar | (l) usura | (m) técnico | (n) mercadorias | (o) desproporcional |
| (p) licitude | (q) amparado | (r) durante | (s) intermediar | (t) omitir |
| (u) patrimonial | (v) proveito | | | |

5. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos atos de improbidade administrativa que causam lesão ao erário (art. 10):

5.1. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e ____ (a) ____, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º da LIA, e notadamente:

5.1.1. facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a indevida ____ (b) ____ ao patrimônio particular, de pessoa física ou jurídica, de bens, de rendas, de verbas ou de valores integrantes do acervo patrimonial das entidades referidas no art. 1º da LIA;

5.1.2. permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada ____ (c) ____ bens, rendas, verbas ou valores integrantes do acervo patrimonial das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;

5.1.3. doar à pessoa física ou jurídica bem como ao ente ____ (d) ____, ainda que de fins educativos ou assistências, bens, rendas, verbas ou valores do patrimônio de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, sem observância das formalidades legais e regulamentares aplicáveis à espécie;

5.1.4. permitir ou ____ (e) ____ a alienação, permuta ou locação de bem integrante do patrimônio de qualquer das entidades referidas no art. 1º da LIA, ou ainda a prestação de ____ (f) ____ por parte delas, por preço inferior ao de mercado;

5.1.5. permitir ou facilitar a aquisição, permuta ou locação de bem ou serviço por preço ____ (g) ____ ao de mercado;

5.1.6. realizar operação financeira sem observância das normas legais e regulamentares ou aceitar ____ (h) ____ insuficiente ou inidônea;



- 5.1.7. conceder benefício administrativo ou ____ (i) ____ sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- 5.1.8. frustrar a licitude de processo ____ (j) ____ ou de processo seletivo para celebração de parcerias com entidades sem fins lucrativos, ou dispensá-los indevidamente, acarretando perda patrimonial ____ (k) ____;
- 5.1.9. ordenar ou permitir a realização de ____ (l) ____ não autorizadas em lei ou regulamento;
- 5.1.10. agir ilicitamente na ____ (m) ____ de tributo ou de renda, bem como no que diz respeito à conservação do patrimônio público;
- 5.1.11. liberar verba pública sem a ____ (n) ____ observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular;
- 5.1.12. permitir, facilitar ou concorrer para que ____ (o) ____ se enriqueça ilicitamente;
- 5.1.13. permitir que se utilize, em obra ou serviço particular, veículos, ____ (p) ____, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º da LIA, bem como o ____ (q) ____ de servidor público, empregados ou terceiros contratados por essas entidades.
- 5.1.14. celebrar contrato ou outro instrumento que tenha por objeto a prestação de serviços públicos por meio da ____ (r) ____ associada sem observar as formalidades previstas na lei;
- 5.1.15. celebrar contrato de rateio de ____ (s) ____ público sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas na lei.
- 5.1.16. facilitar ou concorrer, por qualquer forma, para a incorporação, ao patrimônio particular de pessoa física ou jurídica, de bens, rendas, verbas ou valores públicos transferidos pela administração pública a entidades privadas mediante celebração de ____ (t) ____, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- 5.1.17. permitir ou concorrer para que pessoa física ou jurídica privada utilize bens, rendas, verbas ou valores ____ (u) ____ transferidos pela administração pública a entidade privada mediante celebração de parcerias, sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- 5.1.18. celebrar parcerias da administração pública com entidades privadas sem a ____ (v) ____ das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie;
- 5.1.19. agir para a configuração de ____ (w) ____ na celebração, na fiscalização e na análise das prestações de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas;



5.1.20. liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou ____ (x) ____ de qualquer forma para a sua aplicação irregular.

5.1.21. conceder, aplicar ou manter benefício financeiro ou ____ (y) ____ contrário ao que dispõem o caput e o § 1º do art. 8º-A da Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.

| | | | | |
|---------------------|------------------|-----------------|----------------------|-----------------|
| (a) comprovadamente | (b) incorporação | (c) utilize | (d) despersonalizado | (e) facilitar |
| (f) serviço | (g) superior | (h) garantia | (i) fiscal | (j) licitatório |
| (k) efetiva | (l) despesas | (m) arrecadação | (n) estrita | (o) terceiro |
| (p) máquinas | (q) trabalho | (r) gestão | (s) consórcio | (t) parcerias |
| (u) públicos | (v) observância | (w) ilícito | (x) influir | (y) tributário |

6. Complete as lacunas a seguir, a respeito dos atos de improbidade que atentam contra princípios da administração pública (art. 11):

6.1. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão ____ (a) ____ que viole os deveres de ____ (b) ____, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas:

6.1.1. revelar fato ou circunstância de que tem ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em ____ (c) ____, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da ____ (d) ____ e do Estado;

6.1.2. negar ____ (e) ____ aos atos oficiais, exceto em razão de sua ____ (f) ____ para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei;

6.1.3. frustrar, em ofensa à imparcialidade, o caráter ____ (g) ____ de concurso público, de chamamento ou de procedimento licitatório, com vistas à obtenção de benefício ____ (h) ____, direto ou indireto, ou de terceiros;

6.1.4. deixar de prestar ____ (i) ____ quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ____ (j) ____ irregularidades;

6.1.5. revelar ou permitir que chegue ao conhecimento de terceiro, antes da respectiva divulgação oficial, teor de medida ____ (k) ____ ou econômica capaz de afetar o ____ (l) ____ de mercadoria, bem ou serviço;

6.1.6. descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de ____ (m) ____ firmadas pela administração pública com entidades privadas;

6.1.7. nomear cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o ____ (n) ____ grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento, para o exercício de cargo em



comissão ou de ____ (o) ____ ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, compreendido o ajuste mediante designações recíprocas;

6.1.8. praticar, no âmbito da administração pública e com ____ (p) ____ do erário, ato de publicidade que contrarie o disposto no § 1º do art. 37 da Constituição Federal, de forma a promover ____ (q) ____ enaltecimento do agente público e personalização de atos, de programas, de obras, de serviços ou de campanhas dos órgãos públicos.

| | | | | |
|-------------------------|-------------------|---------------|---------------|-----------------|
| (a) dolosa | (b) honestidade | (c) segredo | (d) sociedade | (e) publicidade |
| (f) imprescindibilidade | (g) concorrencial | (h) próprio | (i) contas | (j) ocultar |
| (k) política | (l) preço | (m) parcerias | (n) terceiro | (o) confiança |
| (p) recursos | (q) inequívoco | | | |

7. É possível que um agente público pratique conduta caracterizada como ato de improbidade administrativa e seja punido com detenção?

Sim! Embora a LIA não traga sanções de natureza penal para os atos de improbidade administrativa nela previstos, é possível que uma mesma conduta seja naquela Lei enquadrada como ato de improbidade administrativa e também como crime em uma outra lei, de natureza penal.

Cuidado! No caso narrado, a detenção, uma sanção de natureza penal, seria oriunda de outra lei, não da LIA.

8. Sobre as sanções previstas na LIA, complete o quadro a seguir (art. 12, incisos I a III):

| Cominações aplicáveis ao responsável pelo ato de improbidade... | | |
|--|--|---|
| ...que importam enriquecimento Ilícito | ...que causa prejuízo ao erário | ...que atenta contra os princípios da administração pública |
| Perda dos <u>(a)</u> acrescidos ilicitamente ao patrimônio | Perda dos <u>(a)</u> acrescidos ilicitamente ao patrimônio (se ocorrer esta circunstância) | : |
| Perda da <u>(b)</u> pública | | : |
| Suspensão dos direitos políticos até <u>(c)</u> anos | Suspensão dos direitos políticos até <u>(d)</u> anos | : |
| Multa <u>(e)</u> equivalente ao valor do <u>(f)</u> patrimonial | Multa <u>(e)</u> equivalente ao valor do <u>(g)</u> | Multa <u>(e)</u> de até <u>(h)</u> vezes o valor da <u>(i)</u> do agente |
| Proibição de <u>(j)</u> com Poder | Proibição de <u>(j)</u> com Poder | Proibição de <u>(j)</u> com Poder |



| | | |
|--|--|--|
| Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> f por até <u>(l)</u> anos | Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(m)</u> anos | Público ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou <u>(k)</u> por até <u>(n)</u> anos |
|--|--|--|

| | | | |
|-----------------|---------------|-----------------|--------|
| (a) bens | (b) função | (c) 14 | (d) 12 |
| (e) civil | (f) acréscimo | (g) dano | (h) 24 |
| (i) remuneração | (j) contratar | (k) creditícios | (l) 14 |
| (m) 12 | (n) 4 | | |

9. Qual o objetivo do pedido de indisponibilidade de bens do agente público, no âmbito da ação por improbidade administrativa?

Garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito (art. 16, *caput*, da LIA).

Art. 16. Na ação por improbidade administrativa poderá ser formulado, em caráter antecedente ou incidente, pedido de indisponibilidade de bens dos réus, a fim de garantir a integral recomposição do erário ou do acréscimo patrimonial resultante de enriquecimento ilícito.

Importante ressaltar que o pedido de indisponibilidade poderá ser acompanhado de pedido de investigação, exames, e bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior (art. 16, § 2º, da LIA):

*Art. 16, § 2º Quando for o caso, o pedido de indisponibilidade de bens a que se refere o **caput** deste artigo incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.*

10. No âmbito da ação por improbidade administrativa, é possível que a autoridade administrativa determine o afastamento do agente público do exercício do cargo, quando assim se fizer necessário à instrução processual?

Não, essa medida só poderá ser adotada pela autoridade judicial, por até 90 dias, prorrogáveis uma única vez por igual período, mediante decisão motivada (art. 20, §§1º e 2º da LIA):

Art. 20, § 1º A autoridade judicial competente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo, do emprego ou da função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida for necessária à instrução processual ou para evitar a iminente prática de novos ilícitos.



§ 2º O atastamento previsto no § 1º deste artigo será de até 90 (noventa) dias, prorrogáveis uma única vez por igual prazo, mediante decisão motivada.

11. Qual o legitimado para impetrar a ação de improbidade? Qual o foro competente para sua impetração?

O Ministério Público (MP) possui iniciativa de propor a ação principal (judicial) – art. 17, *caput*.

Tal iniciativa, entretanto, não é exclusiva, segundo o entendimento do STF: há existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o MP e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa¹.

A ação deve ser proposta no foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada – juízo de primeiro grau, mesmo que o responsável seja detentor de foro por prerrogativa de função, uma vez que inexistente foro por prerrogativa de função nas ações de improbidade administrativa² (art. 17, *caput* e § 4º):

Art. 17. A ação para a aplicação das sanções de que trata esta Lei será proposta pelo Ministério Público e seguirá o procedimento comum previsto na Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), salvo o disposto nesta Lei. (...)

§ 4º-A A ação a que se refere o caput deste artigo deverá ser proposta perante o foro do local onde ocorrer o dano ou da pessoa jurídica prejudicada

12. Qual medida deve ser adotada pelo juiz ao reconhecer a inexistência do ato de improbidade? Em que momento essa medida pode ser adotada?

O juiz deve julgar a demanda improcedente, podendo tal medida ser adotada em qualquer fase do processo (art. 17, § 11 da LIA):

Art. 17, § 11. Em qualquer momento do processo, verificada a inexistência do ato de improbidade, o juiz julgará a demanda improcedente.

13. André efetuou representação por ato de improbidade administrativa contra Pedro, sabendo que este era inocente. Considerando que nenhuma das pessoas mencionadas são consideradas agentes públicos ou terceiros beneficiários pela LIA, é possível concluir que André cometeu crime previsto na LIA?

Não, porque é necessário que o representado seja agente público ou terceiro beneficiário para que restasse tipificado o crime previsto no art. 19 da LIA:

¹ STF – ADIs 7042 e 7043.

² STF – Pet 3240.



Art. 19. Constitui crime a representação por ato de improbidade contra agente público ou terceiro beneficiário, quando o autor da denúncia o sabe inocente.

Pena: detenção de seis a dez meses e multa.

Assim, é possível que André tenha cometido crime previsto no Código Penal ou em outra lei penal, mas não o previsto na LIA.

14. Quais os possíveis resultados que devem ser advindos do acordo de não persecução civil para que ele possa ser celebrado?

Ao menos os seguintes resultados (art. 17-B, incisos I e II, da LIA):

a) o integral ressarcimento;

b) a reversão à pessoa jurídica lesada da vantagem indevida obtida, ainda que oriunda de agentes privados.

15. Quais os requisitos para que ocorra a conversão da ação de improbidade administrativa em ação civil pública?

A conversão pode ocorrer a qualquer momento, desde que identificada a existência de ilegalidades ou irregularidades administrativas e não se façam presentes todos os requisitos para imposição das sanções de improbidade aos agentes incluídos no polo passivo da demanda (art. 17, §16, da LIA):

Art. 17, § 16. A qualquer momento, se o magistrado identificar a existência de ilegalidades ou de irregularidades administrativas a serem sanadas sem que estejam presentes todos os requisitos para a imposição das sanções aos agentes incluídos no polo passivo da demanda, poderá, em decisão motivada, converter a ação de improbidade administrativa em ação civil pública, regulada pela Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985.

16. A absolvição criminal impede o trâmite da ação de improbidade, caso ambas as ações discutam os mesmos fatos?

Não basta que haja absolvição criminal, mas que tal absolvição seja confirmada por decisão colegiada. Aí sim, referida absolvição criminal confirmada por decisão colegiada impede o trâmite da ação de improbidade administrativa, caso ambas as ações discutam sobre os mesmos fatos (o art. 21, § 4º, da LIA):

Art. 21, § 4º A absolvição criminal em ação que discuta os mesmos fatos, confirmada por decisão colegiada, impede o trâmite da ação da qual trata esta Lei, havendo comunicação com todos os fundamentos de absolvição previstos no art. 386 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal).



Observação importante: os arts. 1º, § 8º, 12, §§ 1º e 10, 17-B, § 3º e 21, § 4º estão com eficácia suspensa em decorrência de decisão do STF proferida no âmbito da ADI 7236.



QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO

Perguntas

1. Quem são os sujeitos que desempenham a atividade administrativa do Estado?
2. Qual o conceito de "entidade"?
3. Qual o conceito de "órgão"?
4. Qual a diferença entre entidade política e entidade administrativa?
5. O que é a centralização da atividade administrativa?
6. O que é a descentralização da atividade administrativa? Quais os tipos de descentralização? Quais as suas características?
7. O que é o processo de centralização e de concentração? O que possuem em comum?
8. Quais são as teorias que buscam explicar as relações do Estado com seus agentes? O que essas teorias preceituam? Qual é a mais aceita atualmente?
9. Os órgãos públicos possuem capacidade processual?
10. Como podem ser classificados os órgãos públicos?
11. Qual a composição da Administração Indireta?
12. Quais as principais diferenças entre as entidades da Administração Indireta?
13. Quais são os aspectos sobre os quais se distribui a supervisão ministerial?
14. Qual o conceito de autarquia?
15. A que regime jurídico se submetem as autarquias?
16. Quais as principais prerrogativas aplicáveis às autarquias?
17. Qual o entendimento do STF com relação à OAB? Ela integra a administração indireta da União?
18. Qual a natureza jurídica do patrimônio das autarquias?
19. O pessoal das autarquias sujeita ao regime estatutário ou ao contratual trabalhista?
20. Como ocorre a nomeação dos dirigentes das autarquias?
21. Qual o foro competente para o processamento e julgamento das causas que envolvem autarquias?
22. Qual o conceito de fundação pública?
23. Considere a seguinte assertiva: "as fundações públicas, ao contrário das privadas, não possuem finalidade lucrativa". Ela está correta? Comente.



24. Considere a seguinte assertiva: “as fundações públicas são criadas pelo Estado, a partir de patrimônio público, enquanto as privadas são criadas por uma pessoa privada, a partir de patrimônio privado”. Ela está correta? Comente.
25. É possível a instituição, pelo poder público, de fundações públicas de direito público? Explique.
26. Qual o regime jurídico aplicável às fundações públicas?
27. Qual a natureza dos bens do patrimônio das fundações públicas?
28. Qual o regime de pessoal a que estão submetidas as fundações públicas?
29. Como se dá o controle do Ministério Público sobre as fundações públicas?
30. Qual o foro judicial competente para dirimir litígios em que seja parte uma fundação pública?
31. Como se dá a instituição e a extinção de empresas estatais?
32. O que são subsidiárias das empresas estatais?
33. As subsidiárias fazem parte da Administração Pública?
34. A criação de subsidiárias de entidades da administração indireta depende de autorização em lei? E a participação de tais entidades em empresas privadas? A autorização precisa se dar em cada caso? Qual o entendimento do STF sobre o assunto?
35. Quais são as atividades desenvolvidas pelas empresas estatais?
36. Qual o regime jurídico que estão submetidas as empresas estatais? Há previsão de estatuto para disciplinar o assunto?
37. Qual a natureza do patrimônio das empresas estatais?
38. Qual o regime de pessoal a que estão submetidas as empresas estatais?
39. Explique a questão da falência e da execução das empresas estatais.
40. Qual a forma jurídica das empresas estatais?
41. Como é a composição do capital das empresas estatais?
42. Qual o foro judicial competente para dirimir litígios em que seja parte uma empresa estatal?
43. O que são agências executivas?
44. O que são agências reguladoras?
45. Qual a natureza das atividades realizadas pelas agências reguladoras?
46. Quais as características do poder normativo das agências reguladoras?
47. Qual o procedimento de nomeação dos dirigentes das agências reguladoras?
48. As agências reguladoras se submetem aos controles judicial ou legislativo?
49. É possível a desqualificação de uma agência reguladora?



Perguntas com respostas

1. Quem são os sujeitos que desempenham a atividade administrativa do Estado?

Órgãos públicos, entidades públicas e agentes públicos.

2. Qual o conceito de "entidade"?

"Unidade de atuação dotada de personalidade jurídica" (art. 1º, § 2º, inciso II da Lei 9.784/1999).

Uma entidade é uma pessoa jurídica, pública ou privada, abrangendo tanto as entidades políticas, como as entidades administrativas.

3. Qual o conceito de "órgão"?

"Unidade de atuação integrante da estrutura da Administração direta e da estrutura da Administração indireta" (art. 1º, § 2º, inciso I da Lei 9.784/1999).

O órgão não possui personalidade jurídica própria – é um elemento despersonalizado, um "centro de competência".

4. Qual a diferença entre entidade política e entidade administrativa?

Basicamente, a entidade política possui autonomia política e autonomia administrativa, enquanto a entidade administrativa possui somente autonomia administrativa.

5. O que é a centralização da atividade administrativa?

É o desempenho direto, por parte do Estado, das tarefas a ele incumbidas, por intermédio de órgãos e agentes administrativos que compõem sua estrutura.

6. O que é a descentralização da atividade administrativa? Quais os tipos de descentralização? Quais as suas características?

É o desempenho indireto de tarefas incumbidas ao Poder Público, por intermédio de outras pessoas físicas ou jurídicas, sem relação de hierarquia ou subordinação.

A descentralização pode ser política ou administrativa.

I) Descentralização política: criação de uma entidade política para o exercício de competências próprias. Ex: criação de Estados e Municípios.

II) Descentralização administrativa: o poder central transfere parcela de suas atribuições a outra entidade.

A descentralização administrativa pode ser classificada em três modalidades:

a) Descentralização por serviços, funcional, técnica ou por outorga: se verifica quando uma entidade política (União, Estados, DF e Municípios), mediante lei (em sentido formal), cria (ou autoriza a criação de) uma nova pessoa jurídica (de direito público ou privado) e a ela atribui a titularidade e a execução de determinado serviço público, o que lhe confere independência em relação à pessoa que a criou.



A descentralização por serviços é a que ocorre na criação das entidades da administração indireta.

b) Descentralização por colaboração ou delegação: ocorre quando, por meio de contrato ou ato unilateral - não é necessária a edição de lei formal – o Estado transfere apenas a execução de determinado serviço público a uma pessoa jurídica de direito privado, previamente existente, conservando o Poder Público a titularidade do serviço.

A descentralização por colaboração é a que ocorre nas concessões, permissões ou autorizações de serviços públicos.

c) Descentralização territorial ou geográfica: ocorre quando uma entidade local, geograficamente delimitada, dotada de personalidade jurídica própria, de direito público, possui capacidade administrativa genérica (ou seja, não regida pelo princípio da especialidade, como ocorre no caso das entidades da Administração Indireta) para exercer a totalidade ou a maior parte dos encargos públicos de interesse da coletividade.

A descentralização territorial é a que ocorre nos Estados unitários. No Brasil, pode ocorrer atualmente na hipótese de vir a ser criado algum Território Federal (art. 18, § 2º da CF/88).

7. O que é o processo de centralização e de concentração? O que possuem em comum?

A centralização ocorre quando o Estado retoma a execução direta do serviço, depois de ter transferido sua execução a outra pessoa.

Por sua vez, na concentração, dois ou mais órgãos internos são agrupados em apenas um, que passa a ter natureza de órgão concentrador.

Ambos os processos possuem em comum a fisionomia restritiva, pois importam na agregação de atribuições no Estado.

8. Quais são as teorias que buscam explicar as relações do Estado com seus agentes? O que essas teorias preceituam? Qual é a mais aceita atualmente?

Teoria do mandato, teoria da representação e teoria do órgão.

a) Teoria do mandato: agentes eram vistos mandatários do Estado. Críticas sofridas: não explicava como o Estado poderia outorgar o mandato, já que não possui vontade própria.

b) Teoria da representação: agentes eram considerados representantes do Estado, equiparados à figura do tutor ou curador das pessoas incapazes. Críticas sofridas: equiparar o Estado ao incapaz que, ao contrário daquele, não possui capacidade para designar representante para si mesmo, bem como porque, da mesma forma que a teoria do mandato, permitia ao mandatário ou ao representante ultrapassar os poderes da representação sem que o Estado respondesse por esses atos perante terceiros prejudicados.

c) Teoria do órgão: mais aceita atualmente. Entende-se que a pessoa jurídica manifesta sua vontade por meio dos órgãos que a compõem. Estes, por sua vez, são compostos de agentes.



Assim, quando os agentes agem, é como se o próprio Estado o fizesse. Há substituição da ideia de representação pela de imputação: ao invés de considerar que o Estado outorga a responsabilidade ao agente, passou-se a considerar que os atos praticados por seus órgãos, por meio da manifestação de vontade de seus agentes, são imputados ao Estado.

9. Os órgãos públicos possuem capacidade processual?

Em regra, não, porque não possuem personalidade jurídica – a capacidade, em regra, é da própria entidade a quem pertencem.

Exceções:

- a) a jurisprudência reconhece a capacidade processual de certos órgãos públicos autônomos e independentes para a impetração de mandado de segurança na defesa de suas prerrogativas e competências (só neste tipo de caso), quando violadas por ato de outro órgão.
- b) o Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 82, inciso III, dispõe que são legitimados para promover a liquidação e execução de indenização “as entidades e órgãos da administração pública, direta ou indireta, ainda que sem personalidade jurídica, especificamente destinados à defesa dos interesses e direitos protegidos por este Código”.

10. Como podem ser classificados os órgãos públicos?

I - Quanto à **estrutura**:

- a) Órgãos simples ou unitários: não possuem subdivisões em sua estrutura interna.
- b) Órgãos compostos: reúnem em sua estrutura diversos órgãos menores, subordinados hierarquicamente, como resultado da desconcentração.

Quanto à atuação **funcional**:

- a) Órgãos singulares ou unipessoais: suas decisões dependem da atuação isolada de um único agente, seu chefe e representante. Ex: Presidência da República, cujas decisões são tomadas pelo Presidente.
- b) Órgãos colegiados ou pluripessoais: sua atuação e decisões são tomadas pela manifestação conjunta de seus membros. Ex: Congresso Nacional, Supremo Tribunal Federal.

II - Quanto à **posição estatal**

- a) Órgãos independentes: previstos diretamente na Constituição Federal, representando os três Poderes, nas esferas federal, estadual e municipal, não sendo subordinados hierarquicamente a agentes políticos. Exemplo: Presidência da República, Câmara dos Deputados, Senado Federal, STF, STJ e demais tribunais, bem como seus simétricos nas demais esferas da Federação. Incluem-se ainda o Ministério Público da União e o do Estado e os Tribunais de Contas da União, dos Estados e dos Municípios.
- b) Órgãos autônomos: se situam na cúpula da Administração, logo abaixo dos órgãos independentes, auxiliando-os diretamente. Possuem ampla autonomia administrativa, financeira e



técnica, mas não independência. Caracterizam-se como órgãos diretivos. Ex: os Ministérios, as Secretarias de Estado etc.

c) Órgãos superiores: possuem atribuições de direção, controle e decisão, mas sempre estão sujeitos ao controle hierárquico de uma instância mais alta. Não têm nenhuma autonomia, seja administrativa seja financeira. Exemplo: Procuradorias, Coordenadorias, Gabinetes.

d) Órgãos subalternos: exercem atribuições de mera execução, com reduzido poder decisório, estando sempre subordinados a vários níveis hierárquicos superiores. Exemplo: seções de expediente, de pessoal, de material etc.

III - **Órgãos burocráticos**: estão a cargo de uma só pessoa física ou de várias pessoas ordenadas numa estrutura hierárquica vertical (ex: uma Diretoria, em que existe um diretor e várias pessoas a ele ligadas). Fazem contraponto aos órgãos colegiados, que são formados por várias pessoas físicas ordenadas horizontalmente, ou seja, em uma relação de coordenação, e não de hierarquia.

IV - **Órgãos ativos, consultivos ou de controle**: possuem como função primordial, respectivamente, o desenvolvimento de uma administração ativa, de uma atividade consultiva ou de controle sobre outros órgãos.

11. Qual a composição da Administração Indireta?

As bancas vêm adotando o entendimento de Di Pietro sobre a composição da Administração Indireta, qual seja:

“Compõem a Administração Indireta, no direito positivo brasileiro, as **autarquias**, as **fundações instituídas pelo Poder Público**, as **sociedades de economia mista**, as **empresas públicas**, as **subsidiárias** dessas empresas e os **consórcios públicos**.”¹

Vale destacar que a autora considera tanto os consórcios públicos de direito público quanto os de direito privado como integrantes da Administração Indireta.

12. Quais as principais diferenças entre as entidades da Administração Indireta?

Finalidade para as quais são criadas: as autarquias são indicadas para o desempenho de atividades típicas de Estado; as fundações públicas, para o desempenho de atividades de utilidade pública; e as empresas públicas e sociedades de economia mista, para a exploração de atividades econômicas.

¹ Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. Direito Administrativo - 38ª Edição 2025 (Portuguese Edition) (p.465). (Function). Kindle Edition.



Natureza jurídica das entidades: as autarquias são pessoas jurídicas de direito público; as empresas públicas e sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado; já as fundações podem ser tanto de direito público quanto de direito privado.

Criação e instituição das entidades: a criação de autarquias (por serem pessoas de direito público) se dá mediante lei específica, diferentemente do que ocorre para as sociedades de economia mista e empresas públicas (por serem pessoas de direito privado), que necessitam de uma lei que autorize a sua instituição (art. 37, XIX da CF/88).

Assim, enquanto para as autarquias a lei específica já as institui diretamente, para as sociedades de economia mista e empresas públicas a lei específica tem o papel de autorizar sua instituição, devendo ainda outras providências serem tomadas para a criação da personalidade jurídica, notadamente o registro no órgão competente.

Já com relação às fundações, se forem de direito público, sua criação e instituição obedece à mesma regra das autarquias (lei específica, somente); se forem de direito privado, às mesmas regras das sociedades de economia mista e empresas públicas (lei específica autorizadora + registro no órgão competente).

Como na maioria das vezes as entidades a serem criadas compõem a Administração Indireta do Poder Executivo, a lei específica de sua instituição ou autorização de sua instituição será de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo (CF/88, art. 61, § 1º, inciso II, alínea "e").

Entretanto, se a entidade a ser criada ou extinta excepcionalmente se vincular ao Poder Legislativo ou Judiciário, a iniciativa da lei específica será do respectivo chefe de Poder.

13. Quais são os aspectos sobre os quais se distribui a supervisão ministerial?

Controle político, pelo qual os dirigentes das entidades da administração indireta são escolhidos e nomeados pela autoridade competente da administração direta, razão por que exercem eles função de confiança.

Controle institucional, que obriga a entidade a caminhar sempre no sentido dos fins para os quais foi criada.

Controle administrativo, que permite a fiscalização dos agentes e das rotinas administrativas da entidade.

Controle financeiro, pelo qual são fiscalizados os setores financeiro e contábil da entidade.

14. Qual o conceito de autarquia?

Autarquia é pessoa jurídica de direito público, criada por lei, com capacidade de autoadministração, para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo exercido nos termos da lei (Di Pietro).

Já o Decreto-Lei 200/1967, em seu art. 5º, conceitua autarquia como o serviço autônomo, criado por lei, com personalidade jurídica, patrimônio e receita próprios, para executar atividades típicas



da Administração Pública, que requeiram, para seu melhor funcionamento, gestão administrativa e financeira descentralizada.

15. A que regime jurídico se submetem as autarquias?

Ao regime jurídico de direito público, em razão de possuírem personalidade de direito público. As autarquias possuem as prerrogativas e sujeições características do regime jurídico-administrativo, inerentes às pessoas jurídicas de direito público de natureza política (União, Estados, DF e Municípios).

Em regra, os atos que praticam são atos administrativos, contando, portanto, com todos os seus atributos - presunção de legitimidade ou veracidade, imperatividade, exigibilidade ou coercibilidade e autoexecutoriedade.

Ainda, as autarquias devem realizar licitação pública para efetuarem suas contratações, ressalvados os casos especificados na legislação (art. 37, inciso XXI da CF/88).

Além disso, os contratos celebrados pelas autarquias também são, em regra, contratos administrativos (alguns poucos podem ser de natureza eminentemente privada), sujeitos ao mesmo regime jurídico aplicável aos contratos celebrados pelos órgãos da administração direta.

16. Quais as principais prerrogativas aplicáveis às autarquias?

- a) Prazos processuais em dobro (art. 183, *caput*, do Código de Processo Civil).
- b) Prescrição quinquenal, pela qual as dívidas e direitos em favor de terceiros contra a autarquia prescrevem em cinco anos;
- c) Impenhorabilidade, inalienabilidade e imprescritibilidade de seus bens;
- d) Regime de precatórios para pagamento de dívidas decorrentes de condenações judiciais (art. 100, *caput*, da CF/88).
- e) Possibilidade de inscrição de seus créditos em dívida ativa e a sua respectiva cobrança por meio de execução fiscal (Lei 6.830/1980);
- f) Imunidade tributária sobre o patrimônio, renda ou serviços vinculados a suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes (CF/88, art. 150, § 2º).

Pelo teor do dispositivo, esclarecemos que essa imunidade tributária não alcança os bens ou serviços com destinação diversa das finalidades da autarquia, estando sujeitos, portanto, à incidência de impostos;

- g) Não sujeição à falência, sendo o ente federado que a criou subsidiariamente responsável pela insolvência da autarquia.

17. Qual o entendimento do STF com relação à OAB? Ela integra a administração indireta da União?



O STF (ADI 3.026/DF) entende que a OAB é um serviço independente não integrante da Administração Pública. Uma entidade ímpar, *sui generis*, que possui algumas características típicas de uma autarquia (personalidade jurídica de direito público, desempenho de atividade típica de Estado - fiscalização do exercício da advocacia, exercendo poder de polícia e poder disciplinar) mas que não se confunde com um conselho fiscalizador de profissão regulamentada.

18. Qual a natureza jurídica do patrimônio das autarquias?

Natureza jurídica de bens públicos (art. 98 do Código Civil).

Por serem públicos, os bens das autarquias gozam das proteções conferidas aos bens públicos em geral: impenhorabilidade, imprescritibilidade, restrições à alienação etc.

19. O pessoal das autarquias sujeita ao regime estatutário ou ao contratual trabalhista?

Regime estatutário ou celetista, conforme definido em lei (com o fim do regime jurídico único, é possível que um ente federativo admita seus agentes públicos tanto sob regime estatutário quanto sob regime celetista).

20. Como ocorre a nomeação dos dirigentes das autarquias?

Os dirigentes das autarquias são nomeados pelo chefe do Poder Executivo (art. 84, inciso XXV da CF/88).

No caso de nomeação para ocupação do cargo de Presidente ou diretor do Banco Central do Brasil (lembrar que o BaCen é uma autarquia), a CF/88 exige prévia aprovação do Senado Federal, por voto secreto, após arguição pública (famosa "sabatina") do nome escolhido pelo Presidente da República (art. 52, inciso III, alínea "d" da CF/88).

Além disso, é possível que a exigência de aprovação prévia do futuro dirigente por parte do Senado decorra somente de lei (art. 52, inciso III, alínea "f" da CF/88). Isso ocorre, por exemplo, para a nomeação dos dirigentes das agências reguladoras.

No âmbito dos Estados, DF e Municípios, o STF já pacificou o entendimento, com fulcro no próprio art. 52, inciso III, alínea "f" da CF/88, de que não padece de nenhum vício constitucional que normas locais subordinem a nomeação de dirigentes de autarquias ou fundações públicas à prévia aprovação da Assembleia Legislativa (ADI 2.225/SC).

21. Qual o foro competente para o processamento e julgamento das causas que envolvem autarquias?

No caso das autarquias federais, as causas judiciais devem ser processadas e julgadas pela Justiça Federal. No caso das estaduais e municipais, na Justiça Estadual.

Nos casos de litígios funcionais entre a autarquia e seu pessoal regido pelo regime jurídico estatutário (servidores públicos), a causa deve ser processada pela Justiça Federal (se for autarquia federal) ou pela Justiça Estadual (se for autarquia estadual ou municipal). Se o litígio for entre a



autarquia e seu pessoal regido pelo regime trabalhista (empregados públicos), será processado e julgado pela Justiça do Trabalho (seja autarquia federal, estadual ou municipal).

No caso em que a parte seja servidor público estatutário egresso do regime trabalhista por conta da instituição do regime jurídico único, a Justiça do Trabalho será competente para processar e julgar reclamação relativa a vantagens trabalhistas anteriores à instituição daquele regime (súmula 97 do STJ).

Por fim, nos casos em que a Anatel não seja litisconsorte passiva necessária, assistente, nem opoente, compete à Justiça estadual julgar causas entre consumidor e concessionária de serviço público de telefonia (súmula vinculante 27).

22. Qual o conceito de fundação pública?

"Entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelos respectivos órgãos de direção, e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes" (art. 5º, IV do Decreto-Lei 200/1967).

Para Maria Sylvia Di Pietro, fundação instituída pelo poder público é o "patrimônio, total ou parcialmente público, dotado de personalidade jurídica, de direito público ou privado, e destinado, por lei, ao desempenho de atividades do Estado na ordem social, com capacidade de autoadministração e mediante controle da Administração Pública, nos termos da lei²".

23. Considere a seguinte assertiva: "as fundações públicas, ao contrário das privadas, não possuem finalidade lucrativa". Ela está correta? Comente.

Não, ambas possuem certo objetivo social, sem finalidade lucrativa.

24. Considere a seguinte assertiva: "as fundações públicas são criadas pelo Estado, a partir de patrimônio público, enquanto as privadas são criadas por uma pessoa privada, a partir de patrimônio privado". Ela está correta? Comente.

Está perfeita.

25. É possível a instituição, pelo poder público, de fundações públicas de direito público? Explique.

Sim, consoante doutrina majoritária e entendimento do STF (RE 101.126/RJ), embora essa possibilidade não esteja expressa no texto constitucional.

As fundações públicas de direito público são consideradas uma modalidade de autarquia e por isso são também denominadas de "fundações autárquicas" ou "autarquias fundacionais".

² Di Pietro, 2016, p. 542.



26. Qual o regime jurídico aplicável às fundações públicas?

Fundações públicas de direito público: regime jurídico-administrativo (o mesmo aplicável às autarquias). Prerrogativas e características que merecem destaque:

- Prazo especial para contestar e recorrer;
- Duplo grau obrigatório de jurisdição;
- Regime de precatórios para pagamento de dívidas decorrentes de condenação judicial (CF/88, art. 100);
- Imunidade tributária recíproca (CF/88, art. 150, inciso VI, alínea "a" e § 2º);
- Praticam atos administrativos;
- Celebram contratos administrativos, precedidos de licitação.

Fundações públicas de direito privado: regime jurídico híbrido, se sujeitando em parte a normas de direito privado e, em outras, a normas de direito público. Prerrogativas e características que merecem destaque:

- Não possuem prazo especial para contestar e recorrer;
- Suas lides não estão sujeitas ao duplo grau obrigatório de jurisdição;
- Não estão submetidos ao regime de precatórios para pagamento de dívidas decorrentes de condenação judicial previsto na CF/88, art. 100;
- Contam, também, com a imunidade tributária recíproca (CF/88, art. 150, inciso VI, alínea "a" e § 2º).
- Praticam, em regra, atos de direito privado;
- Celebram, também, contratos administrativos, precedidos de licitação.

27. Qual a natureza dos bens do patrimônio das fundações públicas?

Fundações públicas de direito público: bens públicos (contam, portanto, com as prerrogativas a eles inerentes).

Fundações públicas de direito privado: bens privados. Entretanto, os bens dessas entidades, quando empregados diretamente na prestação de serviços públicos, podem se sujeitar a regras de direito público (ou seja, possuir prerrogativas dos bens públicos, de forma equiparada).

28. Qual o regime de pessoal a que estão submetidas as fundações públicas?

Fundações públicas de direito público: regime estatutário ou celetista, conforme definido em lei (com o fim do regime jurídico único, é possível que um ente federativo admita seus agentes públicos tanto sob regime estatutário quanto sob regime celetista).



Fundações públicas de direito privado: regime trabalhista comum (CLT)³.

29. Como se dá o controle do Ministério Público sobre as fundações públicas?

Embora o código civil imponha ao Ministério Público que vele⁴ pelas fundações (privadas), há divergência doutrinária quanto a necessidade do velamento das fundações públicas pelo *parquet*, uma vez que o controle finalístico já seria realizado via supervisão ministerial.

Por sua vez, o STF já proferiu entendimento no sentido de que o Ministério Público Federal deve realizar o velamento das fundações federais de direito público (ADI 2.794). Nessa lógica, cabe ao Ministério Público o controle de todas as fundações, sejam privadas ou públicas (tanto de direito público, quanto de direito privada), sendo competente para velar pelas fundações estaduais e municipais o MP do estado-membro em que se encontrem, pelas fundações distritais ou MPDFT e, pelas fundações federais (independentemente da localização), o MPF.

30. Qual o foro judicial competente para dirimir litígios em que seja parte uma fundação pública?

Fundações públicas de direito público: se for federal – Justiça Federal; se for estadual ou municipal – Justiça Estadual (RE 215.741/SE).

Fundações públicas de direito privado: a doutrina entende que sempre deve ser a Justiça Estadual. Já a jurisprudência entende que as federais têm foro na Justiça Federal (STJ, CC 37.681/SC e CC 16.397/RJ).

31. Como se dá a instituição e a extinção de empresas estatais?

A instituição das estatais se dá por meio de autorização legal e posterior registro de comércio. Do mesmo modo, a extinção das estatais depende de lei autorizadora.

Além disso, o STF entende que é suficiente autorização legal genérica para a desestatização de estatais pode ser genérica⁵.

Convém apontar que "ao final do processo de desestatização, a sociedade de economia mista ou empresa pública não mais existirá: na privatização, porque o controle acionário deixou de ser do Estado; na extinção, porque se decretou o fim da pessoa jurídica", segundo voto da Relatora do feito, ao interpretar a Lei 9.491/1997, que trata de procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização.

Perceba que a CF/88 exige expressamente autorização legislativa específica para a instituição das estatais, mas é silente quanto à forma legal a ser adotada na desestatização.

32. O que são subsidiárias das empresas estatais?

Subsidiárias são empresas controladas pelas estatais. Possuem personalidade jurídica própria e sua criação depende também de autorização legislativa (art. 37, inciso XX da CF/88).

³ STF – ADI RE 716.378 e ADI 4247. Carvalho Filho, 2021.

⁴ Velar = realizar controle finalístico

⁵ STF – ADI 6241.



Na verdade, em razão da redação do dispositivo acima, também é possível que haja subsidiárias de autarquias e fundações (e não somente de empresas estatais).

33. As subsidiárias fazem parte da Administração Pública?

Sim, compõem a Administração Indireta.

34. A criação de subsidiárias de entidades da administração indireta depende de autorização em lei? E a participação de tais entidades em empresas privadas? A autorização precisa se dar em cada caso? Qual o entendimento do STF sobre o assunto?

Tanto a criação de subsidiárias, quanto a participação em empresas privadas necessitam de autorização legislativa (inciso XX do art. 37 da CF/88).

Apesar do dispositivo falar em autorização legislativa “em cada caso”, o STF já proferiu entendimento de que “é dispensável a autorização legislativa para a criação de empresas subsidiárias, desde que haja previsão para esse fim na própria lei que instituiu a empresa de economia mista matriz, tendo em vista que a lei criadora é a própria medida autorizadora” (ADI 1.649/DF. No mesmo sentido, ADI 1.491 MC).

Ou seja, de acordo com o Supremo, a própria lei instituidora da entidade primária pode autorizar a criação de subsidiárias (no plural mesmo) com a previsão do seu objeto de atuação, não sendo necessária uma autorização legal específica para cada subsidiária a ser criada.

Ainda com base no dispositivo transcrito acima, convém lembrar que, assim como a criação de subsidiárias, a participação de entidades da administração indireta em empresa privada necessita de autorização legislativa.

Por fim, o STF entende, também, que a venda de subsidiárias não exige autorização legislativa (e nem licitação).

35. Quais são as atividades desenvolvidas pelas empresas estatais?

Predominantemente, exploração de atividades econômicas. Nada obstante, podem também prestar serviços públicos.

36. Qual o regime jurídico que estão submetidas as empresas estatais? Há previsão de estatuto para disciplinar o assunto?

As estatais possuem personalidade jurídica de direito privado e regime jurídico híbrido.

Caso sejam exploradoras de atividade econômica, se submetem precipuamente ao regime jurídico de direito privado e próprio das empresas privadas. Isso se dá porque o Estado, ao agir na condição de empresário, não pode obter vantagens em detrimento das empresas da iniciativa privada, para que não haja um desequilíbrio no mercado em que atuam (art. 173, § 1º, inciso II da CF/88).

As estatais também se sujeitam, em menor escala, a algumas normas de direito público, como as seguintes regras constitucionais: necessidade de autorização legal para sua instituição (art. 37,



inciso XIX); sujeição ao controle do Tribunal de Contas (art. 71) e do Poder Legislativo (art. 49, inciso X); exigência de concurso público para admissão de seus empregados (art. 37, inciso II) etc.

Por outro lado, caso sejam prestadoras de serviço público, as estatais são regidas predominantemente pelo direito público (regime jurídico administrativo), em razão da titularidade do serviço ser do Estado (ou seja, aqui não há livre iniciativa). Em menor grau, essas estatais se sujeitam ao direito privado, até porque os serviços públicos desempenhados pelas estatais são considerados uma espécie de atividade de natureza econômica.

A CF/88 prevê, em seu art. 173, § 1º, a edição de um estatuto jurídico das estatais (e suas subsidiárias) que explorem atividade econômica. Esse estatuto foi recentemente instituído pela Lei 13.303/2016, que “dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos” (art. 1º).

Logo, é importante destacar que o estatuto previsto na Lei 13.303/2016 abrange tanto as estatais que explorem atividade econômica, quanto as que prestem serviço público.

37. Qual a natureza do patrimônio das empresas estatais?

Os bens das estatais são considerados bens privados (não gozam das prerrogativas inerentes aos bens públicos – impenhorabilidade, imprescritibilidade, alienabilidade condicionada etc.).

Para a doutrina, especificamente no que diz respeito às estatais prestadoras de serviços públicos, a parcela de seus bens que estejam afetados diretamente à prestação dos serviços, embora permaneçam sendo considerados bens privados, contam com algumas proteções próprias dos bens públicos⁶.

38. Qual o regime de pessoal a que estão submetidas as empresas estatais?

Regime trabalhista comum (celetista, regido pela CLT), de emprego público, com vínculo de natureza contratual, sem previsão de estabilidade, embora seja necessária a devida motivação para eventuais atos de demissão.

O ingresso nos quadros das estatais deve, todavia, dar-se por meio de concurso público (CF/88, art. 37, inciso II).

Com relação aos dirigentes das estatais, quando não oriundos do quadro de pessoal da própria entidade, não são classificados como empregados públicos celetistas (a eles não se aplicam as

⁶ Inclusive nesse sentido o STF já decidiu que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, por ser empresa pública que presta serviço público, possuem impenhoráveis os bens diretamente afetos ao serviço público prestado (RE 220.906).

regras da CLT) e tampouco ocupam cargos em comissão no sentido previsto no dispositivo *supra* – a relação dos dirigentes com a estatal é regida pelo Direito Comercial.

É importante mencionar que não cabe ao Poder Legislativo aprovar previamente o nome dos dirigentes das estatais como condição para que o chefe do Executivo possa nomeá-los⁷ - embora isso seja legítimo para a nomeação de dirigentes de autarquias e fundações.

Por último, destacamos que é cabível mandado de segurança contra ato dos dirigentes de estatais quando praticados na qualidade de autoridade pública (como nas licitações e concursos públicos), mas é incabível nos atos de mera gestão econômica.

39. Explique a questão da falência e da execução das empresas estatais.

O art. 2º, inciso I da Lei 11.101/2005 (que trata da falência e da recuperação judicial) expressamente exclui as estatais (independentemente de seu campo de atribuição) do processo falimentar regido por tal diploma.

40. Qual a forma jurídica das empresas estatais?

Empresas públicas: qualquer configuração admitida no direito.

Sociedades de Economia Mista: necessariamente sociedade anônima.

41. Como é a composição do capital das empresas estatais?

Empresas públicas: capital totalmente público, mesmo que de entes federativos ou pessoas administrativas diferentes.

Sociedades de Economia Mista: capital público e privado, de forma conjugada. A maioria do capital votante (ações com direito a voto) deve ser necessariamente público, o que confere à pessoa política ou administrativa o poder de controlar a sociedade de economia mista.

42. Qual o foro judicial competente para dirimir litígios em que seja parte uma empresa estatal?

Empresa pública federal: Justiça Federal (CF/88, art. 109, inciso I).

Sociedade de economia mista federal: Justiça Estadual⁸. Se a União intervier na causa como assistente ou oponente, o foro passa a ser a Justiça Federal⁹.

Estatal estadual ou municipal: Justiça Estadual.

Ações judiciais sobre relações trabalhistas envolvendo empregados de estatais (de qualquer esfera governamental): Justiça do Trabalho.

43. O que são agências executivas?

⁷ ADI 1.642/MG.

⁸ Súmula STF 556: 'É competente a Justiça Comum para julgar as causas em que é parte sociedade de economia mista'.

⁹ Súmula STF 517: "As sociedades de economia mista só têm foro na Justiça Federal, quando a União intervém como assistente ou oponente".



“Agência Executiva” é uma qualificação conferida pelo Poder Público a autarquias ou fundações públicas que firmem o contrato de gestão previsto no art. 37, § 8º da CF/88 e possuam um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional em andamento consoante inciso I do art. 51 da Lei 9.649/1998. Assim, uma agência executiva não é uma nova entidade administrativa.

Com a celebração do contrato de gestão, essas entidades assumem o compromisso de cumprir determinadas metas de desempenho e, por outro lado, possuem sua autonomia gerencial, orçamentária e financeira ampliada (art. 37, § 8º da CF/88).

Destacamos que a qualificação como “agência executiva” é uma faculdade (e não uma obrigação) do Poder Público e é realizada mediante ato do Presidente da República; o contrato de gestão é firmado com o Ministério Supervisor da autarquia ou fundação pública e possuirá periodicidade mínima de um ano.

44. O que são agências reguladoras?

São autarquias altamente especializadas que exercem funções de regulação, controle e fiscalização de atividades econômicas ou da prestação de serviços públicos delegados a pessoas privadas.

Embora não seja obrigatório, geralmente adotam o formato de autarquia em regime especial, o que lhes confere maior autonomia se comparadas às demais autarquias.

Por serem autarquias, pertencem à Adm. Indireta.

45. Qual a natureza das atividades realizadas pelas agências reguladoras?

Exercem função típica de Estado, de natureza administrativa, notadamente a regulação (intervenção indireta) e o exercício do poder de polícia.

46. Quais as características do poder normativo das agências reguladoras?

Os regulamentos de natureza estritamente técnica expedidos pelas agências reguladoras são conhecidos como regulamentos delegados ou autorizados, porque podem complementar a lei, não se limitando apenas a dar fiel execução a ela. Mesmo assim, esses regulamentos dependem de prévia autorização legal para sua edição, bem como não podem criar obrigações novas, sem que haja previsão em lei.

Essa possibilidade de se transferir do Poder Legislativo, mediante autorização legislativa, a função normativa de determinadas matérias específicas para as agências reguladoras (ou outra sede normativa), consiste no instituto da deslegalização.

47. Qual o procedimento de nomeação dos dirigentes das agências reguladoras?

O Presidente da República realiza a nomeação do dirigente após este ter sido sabatinado pelo Senado Federal (art. 5º, *caput* da Lei 9.986/2000).

48. As agências reguladoras se submetem aos controles judicial ou legislativo?

Sim, como em regra se sujeitam as demais entidades da Administração Pública.

49. É possível a desqualificação de uma agência reguladora?



Não, ao contrário das agências executivas, que podem perder a qualificação. “Agência reguladora” não é uma qualificação formal, portanto não existe a figura de desqualificação de agência reguladora.



PODERES ADMINISTRATIVOS

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

Perguntas

1. Com o objetivo de realizar uma obra pública de melhoria urbana, o prefeito de determinado município deu prioridade à região do município que se encontra em situação mais precária, em detrimento de uma região de maior poder econômico.

Uma associação de moradores, representantes desta última região, emitiu nota alegando que, por ser tal região a mais turística, deveria receber o maior volume de investimentos e que buscaria a via judicial para impedir a realização da obra pública.

Em nota, o Prefeito alegou que possui a prerrogativa de decidir onde empregará os recursos financeiros sob sua gestão de livre aplicação e já aprovados na lei orçamentária. Informou, também, que decidiu priorizar a modernização do sistema de saneamento básico da região mais precária.

À luz da teoria dos poderes administrativos, está correta a manifestação do Prefeito? O Poder Judiciário poderia exercer algum controle sobre a decisão do Chefe do Poder Executivo Municipal?

2. Em que consiste o poder hierárquico?

3. O Presidente da República, na qualidade de chefe do Poder Executivo, editou o Decreto nº 01/2019, para regulamentar a Lei Federal nº 10/2018, que trata da Administração Pública envolvida na saúde pública.

Ao realizar a leitura do referido Decreto, um parlamentar verificou que o normativo, além de criar direitos não previstos na Lei objeto de regulamentação, previa a criação de órgãos que passariam a fazer parte do Ministério da Saúde.

Diante desse cenário, o referido parlamentar passou a realizar as tratativas legislativas para buscar a revogação parlamentar do Decreto nº 01/2019.

Na situação narrada, o poder regulamentar foi exercido corretamente pelo Presidente da República? E o parlamentar, agiu corretamente ao buscar o controle por parte do Parlamento?

4. Quais os atributos do poder de polícia?



5. Após uma fiscalização de rotina, uma autoridade que atua na vigilância sanitária flagrou o armazenamento de alimentos impróprios para o consumo em um dado estabelecimento comercial.

Diante dessa situação, o agente público informou ao responsável pelo estabelecimento que, no exercício de seu poder disciplinar, procederia à lavratura do auto de infração, interdição do estabelecimento e aplicação de multa pecuniária.

O responsável, assim, respondeu ao agente público asseverando que ele estava cometendo abuso de poder ao interditar o estabelecimento sem a existência de autorização judicial.

Acerca de tal situação hipotética:

- a) É correto afirmar que há correlação entre a atitude do agente público e o poder disciplinar?
- b) É possível caracterizar abuso de poder na atuação do agente público?

6. Paulo, chefe de um órgão público, decidiu designar um servidor ao exercício de uma dada função de confiança sob a justificativa expressa de que este possuía a qualificação técnica necessária ao desempenho das atribuições a serem assumidas.

Contudo, um mês depois, em conversa com sua secretária, Paulo acabou confessando que havia nomeado o servidor com a finalidade de evitar que Sérgio, seu desafeto, fosse indicado por outra autoridade ao exercício de tal função de confiança.

É possível afirmar que houve abuso de poder por parte de Paulo? Em caso afirmativo, sob qual modalidade?

Perguntas com respostas

1. Com o objetivo de realizar uma obra pública de melhoria urbana, o prefeito de determinado município deu prioridade à região do município que se encontra em situação mais precária, em detrimento de uma região de maior poder econômico.

Uma associação de moradores, representantes desta última região, emitiu nota alegando que, por ser tal região a mais turística, deveria receber o maior volume de investimentos e que buscaria a via judicial para impedir a realização da obra pública.

Em nota, o Prefeito alegou que possui a prerrogativa de decidir onde empregará os recursos financeiros sob sua gestão de livre aplicação e já aprovados na lei orçamentária. Informou, também, que decidiu priorizar a modernização do sistema de saneamento básico da região mais precária.

À luz da teoria dos poderes administrativos, está correta a manifestação do Prefeito? O Poder Judiciário poderia exercer algum controle sobre a decisão do Chefe do Poder Executivo Municipal?



O poder discricionário é o que confere à Administração a prerrogativa de praticar e revogar atos discricionários, segundo a valoração dos critérios de conveniência e oportunidade.

Assim, o Prefeito possui o poder discricionário para empregar os recursos financeiros sob sua gestão, respeitados os critérios de conveniência e oportunidade, nos limites impostos pela lei.

Justamente em razão de tal poder é que o Chefe do Poder Executivo Municipal tem a prerrogativa de escolher onde aplicará os recursos de livre aplicação (despesas discricionárias), de modo que correta a nota por ele emitida.

Nada obstante, mesmo as decisões discricionárias podem ser objeto de controle por parte do Poder Judiciário, cuja atuação, em tal situação, deve se restringir aos aspectos vinculados do ato discricionário e se furtar de avaliar os critérios de conveniência e oportunidade, respeitando a discricionariedade administrativa nos limites em que ela é assegurada à Administração Pública pela lei.

Assim, poderia a associação buscar o controle judicial da decisão discricionária do Prefeito, em que pese a existência de limites na atuação do Poder Judiciário nesse tipo de controle.

2. Em que consiste o poder hierárquico?

É o poder que dispõe o Executivo (e a Administração dos demais poderes – ou seja, está presente no âmbito da função administrativa, mas não nas funções próprias do Poder Legislativo e do Poder Judiciário) para distribuir e escalonar as funções de seus órgãos, ordenar e rever a atuação de seus agentes, estabelecendo a relação de hierarquia. Diz respeito a atividades estritamente internas da Administração Pública (não invade a esfera de particulares sem qualquer vínculo com a Administração).

Tem por objetivo ordenar, coordenar, controlar e corrigir as atividades administrativas, conferindo ao superior hierárquico, em relação a seus subordinados, a prerrogativa de dar ordens, fiscalizar, controlar, aplicar sanções, bem como delegar e avocar competências, independentemente de que haja sua previsão expressa em lei, uma vez que possui caráter irrestrito, permanente e automático, por ser inerente à organização administrativa hierárquica, presente não somente no Poder Executivo, mas em todos os poderes (só não há hierarquia no Judiciário e no Legislativo no que tange às suas funções próprias – no primeiro prevalece o princípio da livre convicção do juiz e, no segundo, vigora o princípio da partilha das competências constitucionais).

Com relação especificamente à prerrogativa de o superior hierárquico dar ordens aos seus subordinados, cabe a estes, por outro lado, o dever de obediência, exceto quando a ordem for manifestamente ilegal. Isso porque a CF estipula que **“ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”** (art. 5º, inciso II) – ou seja, o subordinado não é obrigado a fazer algo que desobedeça a lei. Além disso, no que tange aos servidores públicos federais, há previsão expressa nesse sentido no inciso IV do art. 116 da Lei 8.112/90:



Art. 116. São deveres do servidor:

(...)

IV - cumprir as ordens superiores, exceto quando manifestamente ilegais;

Com relação especificamente ao poder de fiscalizar, destacamos que se trata, na verdade, de um verdadeiro poder-dever, já que o superior deve acompanhar de modo permanente a atuação de seus subordinados.

Por sua vez, a prerrogativa de controlar (poder de controle) permite ao superior hierárquico, de ofício ou por provocação, adotar medidas concretas sobre a atividade de seus subordinados, compreendendo a possibilidade de manter, convalidar, anular e até mesmo revogar atos por eles praticados, a depender do caso concreto. Perceba, portanto, que o controle hierárquico pode incidir sobre todos os aspectos dos atos praticados pelos subordinados, adentrando inclusive no mérito, não somente em questões de legalidade.

A prerrogativa de aplicar sanções decorrente do poder hierárquico diz respeito somente às sanções disciplinares, aplicadas sobre servidores públicos que eventualmente venham a cometer infrações funcionais, não se confundindo, portanto, com as sanções aplicadas a particulares por parte da Administração, que decorrem do poder disciplinar ou do poder de polícia (a depender da situação), já que não há hierarquia entre a Administração e os administrados.

Por sua vez, o poder de delegar competências é a prerrogativa do agente público transferir, de forma discricionária, revogável a qualquer tempo e nos limites estipulados pela lei, o exercício de parcela de suas atribuições a um outro agente ou órgão (mesmo que não subordinado), por motivos de natureza técnica, econômica, jurídica ou territorial, permanecendo a titularidade da competência com a autoridade delegante.

É preciso destacar que há competências indelegáveis, como os atos políticos e as funções típicas de cada Poder (salvo nos casos expressamente previstos na CF, como, por exemplo, o caso das leis delegadas, bem como na legislação).

Por fim, o poder de avocar é prerrogativa do superior hierárquico tomar para si, de forma discricionária e excepcional, o exercício temporário de determinada competência de um subordinado.

3. O Presidente da República, na qualidade de chefe do Poder Executivo, editou o Decreto nº 01/2019, para regulamentar a Lei Federal nº 10/2018, que trata da Administração Pública envolvida na saúde pública.

Ao realizar a leitura do referido Decreto, um parlamentar verificou que o normativo, além de criar direitos não previstos na Lei objeto de regulamentação, previa a criação de órgãos que passariam a fazer parte do Ministério da Saúde.



Diante desse cenário, o referido parlamentar passou a realizar as tratativas legislativas para buscar a revogação parlamentar do Decreto nº 01/2019.

Na situação narrada, o poder regulamentar foi exercido corretamente pelo Presidente da República? E o parlamentar, agiu corretamente ao buscar o controle por parte do Parlamento?

O poder regulamentar é a prerrogativa do chefe do Poder Executivo de editar privativamente certos atos administrativos normativos, sendo materializada mediante decretos e regulamentos de execução e decretos autônomos.

No caso, o poder regulamentar não foi exercido de forma correta pelo Presidente da República, senão vejamos.

O Decreto em questão foi expedido para regulamentar uma Lei, sendo, portanto, um decreto regulamentar.

Decretos regulamentares são editados com fulcro no inciso IV do art. 84 da CF, para possibilitar a execução fiel de leis que envolvam a Administração Pública – ou seja, i) não podem inovar no ordenamento jurídico e ii) não podem regulamentar leis que não envolvam a Adm. Pública.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

IV - sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, bem como expedir decretos e regulamentos para sua fiel execução;

Portanto, ao criar direitos não previstos na legislação, o decreto inova no ordenamento jurídico, o que não condiz com sua natureza de decreto regulamentar.

Além disso, o Presidente da República não tem competência para criar órgãos públicos via decreto, por expressa proibição prevista no art. 84, VI, “a” da CF/88.

Art. 84. Compete privativamente ao Presidente da República:

(...)

VI – dispor, mediante decreto, sobre:

a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos;

b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;



Com efeito, o inciso VI do art. 84 da CF trata do instrumento do decreto autônomo, ato normativo primário, porque deriva diretamente da Constituição.

Por fim, na situação narrada, o parlamentar poderia buscar o controle parlamentar do decreto, mediante o instituto da sustação, não da revogação, como mencionado no enunciado.

Isso porque o Congresso Nacional possui a competência exclusiva para sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa, conforme inciso V do art. 49 da CF:

Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

(...)

V - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa;

4. Quais os atributos do poder de polícia?

Discricionariedade, autoexecutoriedade e coercibilidade.

Discricionariedade: a Administração possui certa liberdade de atuação, podendo determinar quais atividades irá fiscalizar e quais sanções serão aplicadas, bem como sua gradação, observando sempre os limites legalmente impostos. É importante frisar, por outro lado, que a existência do atributo da discricionariedade não impede que a lei vincule a prática de determinados atos de polícia administrativa.

Autoexecutoriedade: possibilita que certos atos administrativos (não todos) praticados no exercício do poder de polícia sejam executados de forma imediata e direta pela Administração, sem necessidade de prévia autorização judicial.

Coercibilidade: possibilidade de imposição coativa, inclusive mediante o emprego da força, das medidas adotadas no exercício do poder de polícia.

Convém destacar, por fim, que nem todos os atos de polícia administrativa são dotados dos atributos da autoexecutoriedade e da coercibilidade, como a concessão de licenças e a cobrança de multa não paga espontaneamente pelo particular.

5. Após uma fiscalização de rotina, uma autoridade que atua na vigilância sanitária flagrou o armazenamento de alimentos impróprios para o consumo em um dado estabelecimento comercial.

Diante dessa situação, o agente público informou ao responsável pelo estabelecimento que, no exercício de seu poder disciplinar, procederia à lavratura do auto de infração, interdição do estabelecimento e aplicação de multa pecuniária.



O responsável, assim, respondeu ao agente público asseverando que ele estava cometendo abuso de poder ao interditar o estabelecimento sem a existência de autorização judicial.

Acerca de tal situação hipotética:

a) É correto afirmar que há correlação entre a atitude do agente público e o poder disciplinar?

b) É possível caracterizar abuso de poder na atuação do agente público?

a) Não, a atuação da autoridade é decorrente do poder de polícia, não do poder disciplinar.

Poder de polícia consiste na prerrogativa de a Administração condicionar ou restringir a liberdade e a propriedade (ou seja, o uso de bens, o exercício de direitos e a prática de atividades privadas, ou, simplesmente, a autonomia privada), com o objetivo de ajustá-los ao interesse geral da coletividade, pautada nos princípios da legalidade e da proporcionalidade.

Já o poder disciplinar é a prerrogativa de a Administração aplicar sanções aos seus servidores, em decorrência de infrações funcionais por eles cometidas, bem como aos particulares a ela ligados mediante vínculo jurídico específico (via contrato, convênio etc.) que eventualmente venham a cometer infrações administrativas.

Assim, no poder disciplinar, a sanção pode ser aplicada somente àqueles que possuem vínculo jurídico específico com a Administração, como os servidores e empregados públicos (que possuem vínculo funcional), as empresas contratadas para prestar algum serviço (vínculo contratual) etc.

Por sua vez, no poder de polícia, a sanção pode ser aplicada a quaisquer pessoas que exerçam atividade que possa vir a acarretar risco ou transtorno à sociedade (por isso diz-se que tais pessoas possuem vínculo geral com a Administração).

b) Não é possível caracterizar o abuso de poder na situação narrada.

Abuso de poder consiste no exercício, comissivo ou omissivo, dos poderes e prerrogativas conferidas à Administração fora dos limites impostos pelo ordenamento jurídico.

O poder de polícia possui o atributo da autoexecutoriedade, que possibilita que certos atos administrativos (não todos) praticados no exercício do poder de polícia sejam executados de forma imediata e direta pela Administração, sem necessidade de prévia autorização judicial.

Assim, considerando a existência de flagrante violação às regras de conservação de alimentos, com potencial de acarretar prejuízo à saúde dos clientes do estabelecimento, não resta caracterizado o abuso de poder.

6. Paulo, chefe de um órgão público, decidiu designar um servidor ao exercício de uma dada função de confiança sob a justificativa expressa de que este possuía a qualificação técnica necessária ao desempenho das atribuições a serem assumidas.



Contudo, um mês depois, em conversa com sua secretária, Paulo acabou confessando que havia nomeado o servidor com a finalidade de evitar que Sérgio, seu desafeto, fosse indicado por outra autoridade ao exercício de tal função de confiança.

É possível afirmar que houve abuso de poder por parte de Paulo? Em caso afirmativo, sob qual modalidade?

Paulo agiu, sim, com abuso de poder, que corresponde à ação ou omissão dos poderes e prerrogativas conferidas à Administração fora dos limites impostos pelo ordenamento jurídico. São de dois tipos: excesso de poder e desvio de poder.

O excesso de poder ocorre quando o agente atua fora dos limites das suas competências ou também quando o agente, embora possua a competência para agir, atua a de forma desproporcional.

Já o desvio de poder (ou desvio de finalidade) ocorre quando o agente pratica ato contrário à finalidade explícita ou implícita na lei que respalda sua atuação.

Assim, neste caso, o abuso de poder restou configurado como desvio de poder.

...



PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

Perguntas

1. Uma ação da Administração Pública que vise ao interesse público, mas que acabe prestigiando certos interesses privados, necessariamente ofenderá o princípio da impessoalidade?
2. Qual princípio da Administração Pública está ligado à ideia do administrador que atua segundo os parâmetros de ética, honestidade, boa fé? Tais parâmetros devem ser equacionados de acordo com as exigências internas ou externas à Administração? Existem formas que possibilitem seu controle?
3. À luz do princípio da publicidade e das disposições da CF/88, a transparência deve ser vista como regra ou exceção na Administração Pública? O sigilo da informação ou restrição da publicidade são possíveis?
4. É correto asseverar que, pelo princípio da autotutela, a Administração pode realizar apenas o controle de mérito de seus atos e, justamente por isso, não precisa se preocupar com questões de contraditório e de ampla defesa?
5. A proibição relativa de greve nos serviços públicos, conforme previsão constitucional, é consequência primordialmente de qual princípio da Administração Pública?

Perguntas com respostas

1. Uma ação da Administração Pública que vise ao interesse público, mas que acabe prestigiando certos interesses privados, necessariamente ofenderá o princípio da impessoalidade?

Não necessariamente. O princípio da impessoalidade impõe que a ação da Administração deve estar voltada para a atingir o objetivo previsto (expressamente ou virtualmente) em lei, o qual visará atender sempre a uma finalidade – o interesse público.

Entretanto, é possível que, em algumas situações, o interesse público acabe por coincidir com o interesse privado. Nesse cenário, a atuação da Administração pode, lícitamente, acabar atendendo, além do interesse público, ao interesse particular de certa pessoa ou grupo de pessoas.



2. Qual princípio da Administração Pública está ligado à ideia do administrador que atua segundo os parâmetros de ética, honestidade, boa fé? Tais parâmetros devem ser equacionados de acordo com as exigências internas ou externas à Administração? Existem formas que possibilitem seu controle?

O princípio da moralidade é que está ligado à ideia de que os agentes públicos devem atuar com ética, honestidade, probidade, boa-fé, decoro, lealdade, fidelidade funcional.

Os parâmetros que caracterizam a moralidade administrativa devem ser entendidos segundo as exigências da própria Administração Pública, e não as da sociedade no geral ou do próprio agente.

Ou seja, a noção subjetiva do agente ou da sociedade no geral sobre o que é certo ou errado em termos éticos (moralidade comum) não necessariamente coincidirá com o entendimento da Administração Pública sobre tal aspecto (moralidade administrativa).

Uma das formas de controle da moralidade administrativa pode ocorrer mediante o instrumento da ação popular, nos termos da CF/88, art. 5º, inciso LXXIII:

Art. 5º (...)

LXXIII - qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;

Além disso, o Ministério Público pode atuar na defesa da moralidade administrativa mediante ação civil pública (Lei 8.625/93, art. 25, inciso IV, alínea "b" – grifa-se).

Art. 25. Além das funções previstas nas Constituições Federal e Estadual, na Lei Orgânica e em outras leis, incumbe, ainda, ao Ministério Público:

(...)

IV - promover o inquérito civil e a ação civil pública, na forma da lei:

a) para a proteção, prevenção e reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, aos bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico, e a outros interesses difusos, coletivos e individuais indisponíveis e homogêneos;



*b) para a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público ou à **moralidade administrativa** do Estado ou de Município, de suas administrações indiretas ou fundacionais ou de entidades privadas de que participem;*

3. À luz do princípio da publicidade e das disposições da CF/88, a transparência deve ser vista como regra ou exceção na Administração Pública? O sigilo da informação ou restrição da publicidade são possíveis?

Considerando que o princípio da publicidade impõe que a Administração confira a mais ampla divulgação de seus atos aos interessados diretos e ao povo em geral, possibilitando-lhes, assim, controlar a conduta dos agentes administrativos, bem como o direito fundamental à informação (CF/88, art. 5º, inciso XXXIII) e o preceito da publicidade dos atos processuais (CF/88, art. 5º, inciso LX), a transparência deve ser vista como regra na Administração Pública.

Art. 5º (...)

XXXIII - todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado;

(...)

LX - a lei só poderá restringir a publicidade dos atos processuais quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem;

Por outro lado, em situações excepcionais, a lei (necessariamente, não pode ser ato infralegal) pode estabelecer situações em que o sigilo seja justificável – quando imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (conforme previsto no final do inciso XXXIII, art. 5º da CF/88 – transcrito acima) ou quando a defesa da intimidade ou o interesse social o exigirem (CF/88, art. 5º, inciso LX – também transcrito acima).

4. É correto asseverar que, pelo princípio da autotutela, a Administração pode realizar apenas o controle de mérito de seus atos e, justamente por isso, não precisa se preocupar com questões de contraditório e de ampla defesa?

Não, a autotutela impõe que a Administração Pública tem o poder-dever de controlar seus próprios atos, podendo envolver aspectos tanto de legalidade quanto de mérito ato.

Em outras palavras, a Administração pode anular, convalidar e revogar seus atos administrativos ao exercer a autotutela.

Nada obstante, no exercício de tal poder, a Administração deve assegurar prévio contraditório e ampla defesa ao administrado que venha a ser prejudicado pela anulação ou revogação do ato administrativo.



5. A proibição relativa de greve nos serviços públicos, conforme previsão constitucional, é consequência primordialmente de qual princípio da Administração Pública?

É possível enxergar a previsão do art. 37, inciso VII da CF/88 como uma proibição relativa de greve nos serviços públicos, considerando que o dispositivo assevera que tal direito será exercido “nos termos e nos limites definidos em lei específica”.

Art. 37. (...)

VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica;

Trata-se de uma consequência do princípio da continuidade dos serviços públicos, que impõe que a prestação de serviços públicos não deve ser interrompida ou paralisada, já que consubstancia atividades essenciais à coletividade.

...



RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

QUESTIONÁRIO DE REVISÃO E APERFEIÇOAMENTO - EXTRA

Perguntas

1. Suponha que uma agência reguladora tenha causado dano a terceiro em decorrência da prestação de serviço público por parte de um de seus agentes.

Acionada pelo lesado perante o Poder Judiciário, em ação de reparação, os procuradores da agência, em defesa da entidade, alegaram que o agente público não tinha a intenção de causar o dano e, além disso, não havia, no caso, contrato celebrado entre a autarquia e o pretendo lesado e, assim, a autarquia não poderia ser civilmente responsabilizada.

Diante do exposto, responda: as alegações dos procuradores da agência, caso sejam efetivamente demonstradas, merecem prosperar? O Estado pode ser civilmente responsabilizado? Explique.

2. Suponha que, por disputa de comércio de tráfico, um traficante de drogas tenha ingressado em um hospital público e disparado arma de fogo contra a perna de um desafeto que ali estava internado.

O ferido, após certo tempo, acionou o Estado perante a Justiça para buscar o reparo dos danos sofridos. Os advogados públicos alegaram que o Estado não poderia ser responsabilizado, porque o ferido não demonstrou dolo ou culpa da atuação do agente público que deveria ter impedido os disparos, além do fato de o dano ter sido causado por conduta ilícita do meliante, o que seria uma excludente de responsabilidade.

As alegações dos advogados públicos, caso sejam efetivamente demonstradas, merecem prosperar? O Estado pode ser civilmente responsabilizado? Explique.

3. Suponha que uma empresa permissionária de serviço público tenha sido acionada, mediante ação de reparo, por um particular não usuário pretensamente lesado por empregado daquela empresa em decorrência da prestação de serviços delegados.

Em sua defesa, o advogado da empresa alegou que o particular foi o único responsável pelo evento danoso e que, independentemente desse fato, o pretendo lesado deveria ter acionado o Estado, não a empresa, razão pela qual nenhuma responsabilidade poderia ser atribuída à permissionária.

Além disso, o advogado sustentou que o pretendo lesado não era usuário do serviço público, afastando, assim, a responsabilidade civil do Estado.

As alegações do advogado da empresa, caso sejam efetivamente demonstradas, merecem prosperar? Explique.

4. Considere que um empregado de uma concessionária de serviço público tenha causado danos a terceiros em razão da prestação de serviços delegados.



Após ter sido condenada em ação de reparação, a concessionária acionou o empregado, mediante ação regressiva, para obter a reparação dos prejuízos incorridos por ter que indenizar o particular.

Em sua defesa, o advogado do empregado alegou que a concessionária não demonstrou dolo ou culpa na atuação de seu cliente e, assim, não poderia ser responsabilizado.

A alegação do advogado do empregado, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.

5. Considere que, em razão de ventos fortes, uma árvore acabe caindo sobre um carro regularmente estacionado ao seu lado. O proprietário do automóvel acionou o Estado na Justiça com vistas a obter ressarcimento de seu prejuízo, alegando que o poder público foi omissivo em sua atribuição de podar adequadamente a árvore, que se encontrava em terreno público.

A alegação do proprietário do automóvel, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.

6. Suponha que um trecho de um gasoduto da Petrobrás venha a explodir devido a uma manobra indevida realizada por um funcionário, causando danos a imóveis de terceiros situados na região do evento. O proprietário de um dos imóveis acionou a União na Justiça visando obter ressarcimento de seu prejuízo, alegando que o Estado é objetivamente responsável, sendo necessária tão somente a caracterização de nexo causal entre o dano e a atuação do funcionário (conduta comissiva).

A alegação do proprietário do imóvel, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.

7. Em 07/09/2015, um servidor da União, em sua atividade prestacional de serviço público, causou dano a um cidadão. Em 10/11/2018, o cidadão ajuizou ação reparatória junto à União, obtendo sucesso em sua demanda, transitada em julgado dois anos depois. A procuradoria responsável pela defesa do órgão em questão, uma vez transitada em julgado a ação reparatória, ajuizou ação regressiva contra o servidor originalmente causador do dano. Em sua defesa, o advogado do cidadão alegou prescrição.

A alegação do advogado, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.

8. No curso de determinado processo penal, o Juiz decretou prisões temporária e preventiva do réu. Transitada em julgado a decisão absolutória, este impetrou ação civil de reparação do dano causado devido ao tempo despendido em cárcere.

Tendo em vista a jurisprudência do STF, tal ação civil merece prosperar? Explique.



9. De que forma responde o Estado pelos atos dos tabeliões registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causarem danos a terceiros? E os agentes em si, respondem de que forma?

Perguntas com respostas

1. Suponha que uma agência reguladora tenha causado dano a terceiro em decorrência da prestação de serviço público por parte de um de seus agentes.

Acionada pelo lesado perante o Poder Judiciário, em ação de reparação, os procuradores da agência, em defesa da entidade, alegaram que o agente público não tinha a intenção de causar o dano e, além disso, não havia, no caso, contrato celebrado entre a autarquia e o pretendo lesado e, assim, a autarquia não poderia ser civilmente responsabilizada.

Diante do exposto, responda: as alegações dos procuradores da agência, caso sejam efetivamente demonstradas, merecem prosperar? O Estado pode ser civilmente responsabilizado? Explique.

Não merecem prosperar, porque a responsabilidade civil da agência, no caso, é objetiva, que independe de dolo ou culpa, sendo necessário, somente, que seja demonstrado o nexo causal do dano e da atuação do agente.

Assim, para a responsabilização objetiva, não importa se o agente possuía a intenção de causar o dano ou se havia contrato celebrado entre a Administração e o particular lesado: se há nexo causal entre o dano e a atuação do agente, o Estado pode ser civilmente responsabilizado.

A comprovação de dolo ou culpa do agente público só se faz necessária caso a Administração, sendo condenada a indenizar o particular lesado, impetre ação regressiva em desfavor do agente estatal, porque a responsabilidade deste é subjetiva.

Diante do exposto, no caso narrado, o Estado pode ser civilmente responsabilizado.

2. Suponha que, por disputa de comércio de tráfico, um traficante de drogas tenha ingressado em um hospital público e disparado arma de fogo contra a perna de um desafeto que ali estava internado.

O ferido, após certo tempo, acionou o Estado perante a Justiça para buscar o reparo dos danos sofridos. Os advogados públicos alegaram que o Estado não poderia ser responsabilizado, porque o ferido não demonstrou dolo ou culpa da atuação do agente público que deveria ter impedido os disparos, além do fato de o dano ter sido causado por conduta ilícita do meliante, o que seria uma excludente de responsabilidade.

As alegações dos advogados públicos, caso sejam efetivamente demonstradas, merecem prosperar? O Estado pode ser civilmente responsabilizado? Explique.

Não merecem prosperar.



Em regra, a responsabilidade do Estado por omissão é do tipo subjetiva. Porém, caso o dano ocorra sobre coisa ou pessoa sob a custódia do poder público, a responsabilidade estatal é objetiva, que independe de dolo ou culpa, sendo necessário, somente, que seja demonstrado o nexo causal do dano e da atuação do agente.

Logo, não importa se o causador do dano praticou ato ilícito (que, com efeito, não é uma excludente de responsabilidade), ou se não houve comprovação de dolo ou culpa do agente público que deveria ter evitado o dano, porque a responsabilidade do Estado, no caso narrado, é do tipo objetiva.

Diante do exposto, no caso narrado, o Estado pode ser civilmente responsabilizado.

3. Suponha que uma empresa permissionária de serviço público tenha sido acionada, mediante ação de reparo, por um particular não usuário pretensamente lesado por empregado daquela empresa em decorrência da prestação de serviços delegados.

Em sua defesa, o advogado da empresa alegou que o particular foi o único responsável pelo evento danoso e que, independentemente desse fato, o pretenso lesado deveria ter acionado o Estado, não a empresa, razão pela qual nenhuma responsabilidade poderia ser atribuída à permissionária.

Além disso, o advogado sustentou que o pretenso lesado não era usuário do serviço público, afastando, assim, a responsabilidade civil do Estado.

As alegações do advogado da empresa, caso sejam efetivamente demonstradas, merecem prosperar? Explique.

Parcialmente.

De fato, se o pretenso lesado foi o único responsável pelo evento danoso, há a exclusão da responsabilidade civil do Estado.

Por outro lado, as demais alegações do advogado não merecem prosperar.

A responsabilidade objetiva alcança os delegatários de serviço público, inclusive quanto aos danos causados a terceiros não usuários do serviço.

4. Considere que um empregado de uma concessionária de serviço público tenha causado danos a terceiros em razão da prestação de serviços delegados.

Após ter sido condenada em ação de reparação, a concessionária acionou o empregado, mediante ação regressiva, para obter a reparação dos prejuízos incorridos por ter que indenizar o particular.

Em sua defesa, o advogado do empregado alegou que a concessionária não demonstrou dolo ou culpa na atuação de seu cliente e, assim, não poderia ser responsabilizado.

A alegação do advogado do empregado, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.



Sim, porque a responsabilidade do agente (no caso, o empregado) é subjetiva, sendo necessário comprovar que houve dolo ou culpa em sua conduta.

5. Considere que, em razão de ventos fortes, uma árvore acabe caindo sobre um carro regularmente estacionado ao seu lado. O proprietário do automóvel acionou o Estado na Justiça com vistas a obter ressarcimento de seu prejuízo, alegando que o poder público foi omissivo em sua atribuição de podar adequadamente a árvore, que se encontrava em terreno público.

A alegação do proprietário do automóvel, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.

Sim, caso o proprietário do automóvel efetivamente demonstre que houve dolo ou culpa da Administração em omitir-se no zelo de seu patrimônio (no caso, a árvore que não estava devidamente podada) e que tal omissão causou dano ao particular, o Estado pode ser responsabilizado.

Isso porque, regra geral, a responsabilidade civil do Estado, em caso de omissão, é do tipo subjetiva, sendo necessária a comprovação de dolo ou culpa da Administração por parte do pretendo lesado. Aplica-se, aqui, a modalidade culpa administrativa.

6. Suponha que um trecho de um gasoduto da Petrobrás venha a explodir devido a uma manobra indevida realizada por um funcionário, causando danos a imóveis de terceiros situados na região do evento. O proprietário de um dos imóveis acionou a União na Justiça visando obter ressarcimento de seu prejuízo, alegando que o Estado é objetivamente responsável, sendo necessária tão somente a caracterização de nexo causal entre o dano e a atuação do funcionário (conduta comissiva).

A alegação do proprietário do imóvel, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.

Não, pois as empresas estatais exploradoras de atividade econômica não estão abrangidas pela responsabilidade objetiva do art. 37, § 6º da CF – sua responsabilidade é subjetiva, na modalidade culpa comum. Conforme o artigo supracitado, somente as pessoas jurídicas prestadoras de serviço público sujeitam-se à responsabilização objetiva.

7. Em 07/09/2015, um servidor da União, em sua atividade prestacional de serviço público, causou dano a um cidadão. Em 10/11/2018, o cidadão ajuizou ação reparatória junto à União, obtendo sucesso em sua demanda, transitada em julgado dois anos depois. A procuradoria responsável pela defesa do órgão em questão, uma vez transitada em julgado a ação reparatória, ajuizou ação regressiva contra o servidor originalmente causador do dano. Em sua defesa, o advogado do cidadão alegou prescrição.

A alegação do advogado, caso seja efetivamente demonstrada, merece prosperar? Explique.



A alegação do advogado não merece prosperar. Inicialmente, é importante destacar que prescreve em cinco anos o direito de obter indenização dos danos causados por agentes de pessoas jurídicas de direito público e de pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviços públicos (art. 1º-C da Lei nº 9.494/1997). No entanto, são imprescritíveis as ações de ressarcimento de prejuízo ao erário (art. 37, § 5º da CF/88).

§ 5º A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos ao erário, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento.

8. No curso de determinado processo penal, o Juiz decretou prisões temporária e preventiva do réu. Transitada em julgado a decisão absolutória, este impetrou ação civil de reparação do dano causado devido ao tempo despendido em cárcere.

Tendo em vista a jurisprudência do STF, tal ação civil merece prosperar? Explique.

A ação civil não merece prosperar. Consoante a jurisprudência do STF (ARE 770.931 AgR/SC), o art. 37, § 6º da CF não se aplica aos atos jurisdicionais quando emanados de forma regular e para o fiel cumprimento do ordenamento jurídico, salvo nas hipóteses de erro judiciário e de prisão além do tempo fixado na sentença, bem como nos casos previstos em lei.

Considerando que o processo criminal e as prisões temporária e preventiva a que foi submetido o réu foram regulares e se justificaram pelas circunstâncias fáticas do caso concreto, não se caracterizará erro judiciário sua posterior absolvição.

9. De que forma responde o Estado pelos atos dos tabeliões registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causarem danos a terceiros? E os agentes em si, respondem de que forma?

Conforme julgado do STF (RE 842.846 /SC), o Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliões registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem danos a terceiros. Já os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso (art. 22 da Lei nº 8.935/1994).



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.